



OEA/Ser.G  
CP/doc.3499/01  
5 julho 2001  
Original: inglês

## **RELATÓRIO DA MISSÃO DE OBSERVAÇÃO ELEITORAL AO SURINAME 2000**

Este documento será distribuído às missões permanentes e apresentado ao Conselho Permanente da Organização.



**Organización de los Estados Americanos**  
**Organização dos Estados Americanos**  
**Organisation des États Américains**  
**Organization of American States**

17<sup>th</sup> and Constitution Ave., N.W. • Washington, D.C. 20006

SG/UPD-498/01

5 de julho de 2001

Senhor Embaixador :

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência a fim de encaminhar-lhe o relatório sobre a Missão de Observação Eleitoral das Eleições Gerais realizadas no Suriname em 2000, solicitando-lhe que haja por bem distribuí-lo aos membros do Conselho Permanente.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha alta estima e mui distinta consideração.

James R.Harding  
Subsecretário de Administração  
Encarregado da Secretaria-Geral

A Sua Excelência o Senhor  
Embaixador Hernán R. Castro Hernández  
Representante Permanente da Costa Rica  
Presidente do Conselho Permanente da  
Organização dos Estados Americanos  
Washington, D.C.

## RESUMO EXECUTIVO

Em 4 de agosto de 2000, a Assembléia Nacional do Suriname elegeu Presidente o candidato da Frente Nova, Ronald Venetiaan, com 37 votos, três a mais do que os 34 necessários. Elegeu também Jules Ajodhia como Vice-Presidente, quando a candidata da Composição Milênio, Jennifer Geerlings-Simons, retirou sua candidatura. Essas eleições culminaram o processo de eleição indireta mediante o qual o Suriname elege os principais líderes nacionais.

Em 25 de maio de 2000 foram eleitos 51 membros da Assembléia Nacional, bem como membros dos conselhos distritais e municipais. Os membros da Assembléia constituíram o colégio eleitoral que elegeu o Presidente e o Vice-Presidente.

Como ocorreu em 1991 e 1996, a Organização dos Estados Americanos (OEA) observou todas as fases do processo eleitoral, desde pouco antes das eleições de maio até a posse do Presidente e do Vice-Presidente em 12 de agosto. A Missão observadora consistiu de 16 observadores de 12 Estados membros e países Observadores, a saber: Barbados, Belize, Canadá, Espanha, Estados Unidos, Grenada, Guiana, Panamá, Países Baixos, Santa Lúcia e Trinidad e Tobago. No dia da eleição, em maio, a Missão da OEA observou as eleições em todos os dez distritos do Suriname.

A OEA registrou que, no dia da eleição, o processo ocorreu de forma satisfatória, em ambiente de calma e tolerância. Dessa forma, a consolidação democrática viu-se fortalecida.

No entanto, a Missão também informou que um considerável número de pessoas não conseguiu votar, seja porque seus nomes haviam sido retirados da lista de eleitores antes do dia da eleição, seja porque os títulos de eleitor, que funcionam como passe de admissão à seção eleitoral, não chegaram ao eleitor em potencial antes do dia da eleição. Os observadores da OEA também registraram que a complexa série de passos que devem ser cumpridos eficientemente antes da votação, bem como o curto prazo dado aos preparativos, pode haver ocasionado ou agravado esses e outros problemas administrativos. No capítulo final deste relatório, a Missão apresenta sugestões para superar esses percalços.

O respeito do Suriname pela vontade do eleitorado e seu compromisso com o fortalecimento e a consolidação das práticas e instituições democráticas tornaram as eleições particularmente dignas de nota.

### Antecedentes

A OEA vem realizando missões de observação eleitoral (MOE) no Suriname desde 1987.<sup>1/</sup> Em 19 de janeiro de 2000, o Governo, por intermédio de sua Missão Permanente junto à OEA, convidou o Secretário-Geral, César Gaviria Trujillo, a enviar uma missão às eleições que seriam realizadas em 25 de maio de 2000. O Secretário-Geral respondeu

---

1. Nas eleições de maio de 2000, foi a quarta vez que uma missão da OEA observou eleições no Suriname. Nas de 1987, a OEA enviou um pequeno grupo. Em 1991, 40 observadores monitoraram todo o processo eleitoral, e em 1996, participaram 28 observadores.

**favoravelmente** em 13 de março de 2000, sob a condição de que os recursos necessários fossem obtidos de fontes externas.

iii

O Secretário-Geral designou o Embaixador Colin Granderson, de Trinidad e Tobago, como Chefe da Missão de Observação Eleitoral, e Bruce Rickerson, da Unidade para a Promoção da Democracia da OEA, como Subchefe. Este viajou ao Suriname onde, em 29 de abril de 2000, os pertinentes acordos jurídicos internacionais, concedendo privilégios e imunidades à missão observadora e acesso a todos os aspectos da campanha e do processo eleitoral, foram assinados pelo Diretor do Escritório Nacional da Secretaria-Geral da OEA, Doutor Joseph Edsel Edmunds, e pelo Secretário Permanente do Ministério das Relações Exteriores.

A Missão também nomeou um coordenador local, o Senhor Christopher Healy, e começou a planejar a designação e organização dos observadores. Em sua viagem de regresso a Washington, o Subchefe da Missão encontrou-se com o Chefe da Missão em Trinidad para tratar desses e de outros assuntos relacionados com a MOE.

O Governo dos Estados Unidos efetuou uma contribuição financeira, que foi bastante para começar a organizar a MOE. No entanto, não foram recebidos suficientes recursos para o programa da Missão previsto no orçamento preliminar. Por conseguinte, a equipe administrativa da Missão adotou um orçamento com base apenas nos recursos disponíveis. A realidade financeira significou que a Missão não pôde cumprir uma série de atividades, reduzindo o número de observadores e a duração de suas funções.

Em vista disso, o Escritório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) em Trinidad e Tobago proporcionou recursos adicionais à Missão, utilizados para complementar o orçamento. O Governo dos Países Baixos assumiu um compromisso verbal, porém nenhum recurso chegou a tempo de ser usado pela Missão.

A Missão agradece, sinceramente, essas generosas contribuições.



## ACRÔNIMOS E SIGLAS

Os seguintes acrônimos, definidos primeiro em inglês e depois em holandês (ou em outros idiomas falados no Suriname), aparecem ao longo do texto. Quando o acrônimo deriva do inglês, não há explicação em holandês; quando não, ela aparece em itálico.

<b>ABOP</b>	Partido da Liberação Geral e do Desenvolvimento ( <i>Algemene Bevrijdings en Ontwikkelings Partij</i> )
<b>APS</b>	Partido Amazona do Suriname ( <i>Amazone Partij Suriname</i> )
<b>BVD</b>	Partido Básico para a Renovação e a Democracia ( <i>Basis Partij voor Vernieuwing en Democratie</i> )
<b>CARICOM</b>	Comunidade do Caribe
<b>CBB</b>	Escritório Central do Registro Civil ( <i>Centraal Bureau voor Burgerzaken</i> )
<b>CBS</b>	Escritório Central de Estatística ( <i>Centraal Bureau voor Statistieken</i> )
<b>CEBUMA</b>	Escritório Central de Administração Mecânica ( <i>Centraal Bureau Mechanische Administratie</i> )
<b>CPA</b>	Autoridade Eleitoral Central / Principal Seção Eleitoral Central ( <i>Centraal Hoofd Stembureau</i> )
<b>D-21</b>	Democratas do Século XXI ( <i>Democraten van de 21ste Eeuw</i> )
<b>DA-91</b>	Coalizão Política Alternativa Democrática '91 ( <i>Democratisch Alternatief '91</i> ), unindo o Fórum Alternativo/AF - ( <i>Alternatief Forum</i> ) e a Fraternidade e Unidade na Política, BEP, ( <i>Broederschap en Eenheid in de Politiek</i> )
<b>DC</b>	Delegado Distrital ( <i>Districts Commissaris</i> )
<b>DOE</b>	Democracia e Desenvolvimento Unidos ( <i>Democratie en Ontwikkeling in Eenheid</i> )
<b>DNP 2000</b>	Plataforma Democrática Nacional 2000 ( <i>Democratisch Nationaal Platform 2000</i> )
<b>DW</b>	De West, diário vespertino
<b>DWT</b>	De Ware Tijd, diário matutino

<b>FAL</b>	Federação de Fazendeiros e Agricultores ( <i>Federatie van Agrariërs en Landarbeiders</i> )
<b>HPP</b>	Partido Progressista Renovado ( <i>Hernieuwde Progressieve Partij</i> )
<b>IEC</b>	Comissão Eleitoral Independente
<b>KTPI</b>	Partido da Unidade Nacional e Solidariedade de Nível Máximo ( <i>Kerukunan Tulodo Prenatan Inggil</i> ). Ver MC
<b>MC</b>	Coalizão Política Composição Milênio ( <i>Millenium Combinatie</i> ), composto do NDP, do KTPI e da DA (Alternativa Democrática, <i>Democratisch Alternatief</i> )
<b>MOE</b>	Missão de Observação Eleitoral da OEA ( <i>Verkiezings Waarnemings Missie</i> )
<b>MPS</b>	Zona Eleitoral
<b>NA (ou DNA)</b>	Assembléia Nacional ( <i>Nationale Assemblée</i> ou <i>De Nationale Assemblée</i> )
<b>NDP</b>	Partido Democrático Nacional ( <i>Nationale Democratische Partij</i> )
<b>NF</b>	Frente Nova ( <i>Nieuw Front</i> ), coalizão de partidos políticos que concorreu às eleições de 1991, 1996 e 2000. Em 1991 e 1996, a coalizão esteve composta pelo NPS (Partido Nacional do Suriname, <i>Nationale Partij Suriname</i> ), pelo VHP (Partido Progressista Renovado, <i>Vooruitstrevende Hervormde Partij</i> ), pelo KTPI (Partido da Unidade Nacional e Solidariedade de Nível Máximo, <i>Kerukunan Tulodo Prenatan Inggil</i> ) e pelo SPA (Partido Trabalhista do Suriname, <i>Surinaamse Partij van de Arbeid</i> ). Em 2000, o KTPI foi substituído na coalizão NF pelo Pertjajah Luhur (Confiança Máxima), que aderiu à coalizão depois de o KTPI haver-se retirado para juntar-se ao MC.
<b>NHP</b>	Partido da Reforma Nacional ( <i>Nationale Hervormings Partij</i> )
<b>NK</b>	Naya Kadam (Nova Escolha, <i>Nieuwe Keus</i> )
<b>NPLO</b>	Partido Nacional para a Liderança e o Desenvolvimento ( <i>Nationale Partij voor Leiderschap en Ontwikkeling</i> )
<b>NPS</b>	Partido Nacional do Suriname ( <i>Nationale Partij Suriname</i> ). Ver NF (1991, 1996 e 2000)
<b>OEA</b>	Organização dos Estados Americanos ( <i>Organisatie van Amerikaanse Staten</i> )

<b>OKB</b>	Escritório Eleitoral Independente ( <i>Onafhankelijk Kies Bureau</i> )
<b>PALU</b>	vi Sindicato dos Trabalhadores e Agricultores Progressistas ( <i>Progressieve Arbeiders en Landbouwers Unie</i> )
<b>Pertjajah Luhur</b>	Confiança Máxima -Ver NF (2000)
<b>PL</b>	Pendawa Lima (Cinco Filhos do Rei Pandu)
<b>PNP</b>	Partido Nacional Progressista ( <i>Progressieve Nationale Partij</i> )
<b>PNR</b>	Partido por uma República Nacionalista ( <i>Partij Nationalistische Republiek</i> )
<b>PSV</b>	Partido do Provo Progressista do Suriname ( <i>Progressieve Surinaamse Volks Partij</i> )
<b>PVS</b>	Ala Política da FAL (Politieke Vleugel van de FAL)
<b>SPA</b>	Partido Trabalhista do Suriname (Surinaamse Partij van de Arbeid). Ver FRENTE (1987) e NF.
<b>STVS</b>	Fundação de Televisão do Suriname (Surinaamse Televisie Stichting)
<b>UE-UNDP</b>	União Européia/Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
<b>UPD</b>	Unidade para a Promoção da Democracia
<b>VHP</b>	Partido Renovado Unido, posteriormente alterado para Partido Progressista Renovado (Verenigde Hervormde Partij, posteriormente alterado para Vooruitstrevende Hervormde Partij). Ver NF



## ÍNDICE

	<i>Página</i>
<b>Resumo Executivo</b> .....	iii
<b>Acrônimos e Siglas</b> .....	v
<b>CAPÍTULO I. CONTEXTO DAS ELEIÇÕES</b> .....	1
A. Dados sobre o Suriname .....	1
B. Acontecimentos políticos anteriores às eleições de 2000	
... 3	
<b>CAPÍTULO II. QUADRO ELEITORAL</b> .....	4
A. Sistema eleitoral .....	4
B. Procedimentos da seção eleitoral no dia da eleição.....	10
<b>CAPÍTULO III. .... PREPARATIVOS PARA AS ELEIÇÕES</b>	13
A. Organização das eleições: aspectos administrativos .....	13
B. Eventos pré-eleitorais em 2000 .....	14
<b>CAPÍTULO IV. ATIVIDADES PRÉ-ELEITORAIS DA MISSÃO DA OEA</b> .....	16
A. Atividades do Chefe da Missão da OEA .....	16
B. Colaboração com a UE/PNUD e com as MOE da	
CARICOM 19	
<b>CAPÍTULO V. .... ATIVIDADES DO DIA DA ELEIÇÃO</b>	20
<b>CAPÍTULO VI. ATIVIDADES PÓS-ELEITORAIS</b> .....	23
A. Etapas pós-eleitorais .....	23
B. Problemas pós-eleitorais em Paramaribo .....	24
C. Disputa de voto em Nickerie .....	24
D. Atividades da Autoridade Eleitoral Central.....	25
E. Conselho Eleitoral Independente .....	25
<b>CAPÍTULO VII. ETAPAS FINAIS DO PROCESSO ELEITORAL</b> .....	26
A. Assembléia Nacional .....	26
B. Eleição do Presidente e do Vice-Presidente.....	27
<b>CAPÍTULO VIII. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES</b> .....	27
A. Parecer dos observadores.....	27
B. Conclusões.....	28
C. Planejamento, treinamento e preservação da memória	
institucional.....	28
D. Atualização do Registro de Eleitores .....	29
E. Fortalecimento e modernização do Registro Civil .....	29
F. Preparação dos documentos eleitorais .....	30
G. Instituições eleitorais e infra-estrutura .....	30
H. Contatos pós-eleitorais com autoridades eleitorais .....	31

## **ANEXOS**

<b>1.</b>	<b>Acordos entre o Governo do Suriname e a Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos .....</b>	<b>37</b>
<b>2.</b>	<b>Formulários usados para relatar as observações .....</b>	<b>47</b>
<b>3.</b>	<b>Seqüência dos partidos políticos em votação.....</b>	<b>53</b>
<b>4.</b>	<b>Estatística da votação: 1991, 1996 e 2000 .....</b>	<b>55</b>
<b>5.</b>	<b>Modelo de cédulas eleitorais .....</b>	<b>59</b>
<b>6.</b>	<b>Assembléia Nacional: lista dos membros eleitos.....</b>	<b>69</b>
<b>7.</b>	<b>A Assembléia Nacional, os Conselhos Municipais e os Conselhos Distritais.....</b>	<b>71</b>
	<b>(resultados oficiais das eleições de 25 de maio de 2000)</b>	
<b>8.</b>	<b>Lista de observadores .....</b>	<b>75</b>
<b>9.</b>	<b>Cartas-convites e aceitação.....</b>	<b>77</b>

## **TABELAS**

<b>1:</b>	Distribuição de Cadeiras na Assembléia Nacional .....	<b>5</b>
<b>2:</b>	Calendário Eleitoral das Eleições de Maio de 2000.....	<b>7</b>
<b>3:</b>	Partidos Políticos por Ordem de Registro em 2000 .....	<b>9</b>
<b>4:</b>	Comícios e Reuniões Políticas Observadas pela OEA .....	<b>19</b>
<b>5:</b>	Seções Eleitorais Visitadas pelos Observadores da OEA no Dia da Eleição 23	
<b>6:</b>	Demonstrativo Financeiro Extra-Oficial .....	<b>32</b>

## I. CONTEXTO DAS ELEIÇÕES

### A. Dados sobre o Suriname

A República do Suriname tem aproximadamente 400.000 habitantes e está localizada na costa nordeste da América do Sul. O rio Marowijne (Maroni), que separa o Suriname da Guiana Francesa, forma a fronteira leste, e o rio Corantijn forma a fronteira oeste, com a Guiana. A superfície total do país é de 163.270km<sup>2</sup>, dos quais 161.470km<sup>2</sup> são de terra e 1.800km<sup>2</sup>, de água.

O povo surinamês representa muitos grupos étnicos e fala vários idiomas. Os povos indígenas são os ameríndios, os únicos habitantes do país até a metade do século XVII. Em 1652, os ingleses fundaram lá uma colônia, mas em 1667 o Suriname foi conquistado pela Holanda. Exceto dois breves intervalos de controle britânico (1799-1802 e 1804-1816), o Suriname permaneceu como colônia holandesa até sua independência, em 1975.

Estima-se que proprietários de terras trouxeram um total de aproximadamente 325.000 escravos da África Ocidental. No entanto, devido a doenças e às condições de trabalho exigidas, a maioria dos escravos morreu pouco após chegar ao Suriname. Em vista disso, quando a escravidão foi abolida em 1863, havia pouco mais de 36.000 escravos no país. Hoje, seus descendentes consistem basicamente dos chamados crioulos, que atualmente constituem cerca de um terço da população total e vivem principalmente na capital, Paramaribo, e no litoral. Os *maroons* são descendentes de escravos africanos rebeldes que fugiram das fazendas da costa nos séculos XVII e XVIII e foram bem-sucedidos no estabelecimento de comunidades viáveis e independentes na floresta tropical do Suriname. Esses povos são os saramacas, os *matawais*, os *ndjukas*, os *paramakas*, os *bonis* ou *alukus* e os *kwintis*. Os povos ameríndios que vivem no interior são os *caribs*, os *arauaquis*, os *trios* e os *wayanas*, além de alguns grupos menores bem mais ao sul, muitos deles da família dos *trios*.

Após a abolição da escravatura, aproximadamente 34.000 trabalhadores contratados vieram da Índia para o Suriname e outros 32.000, da Indonésia. Imigrantes indianos e javaneses estabeleceram-se em férteis fazendas do litoral e em Paramaribo. Houve também vários imigrantes chineses, a maioria estabelecida em Paramaribo como comerciante, depois de abandonar as fazendas.

O mais recente recenseamento oficial da população foi o de 1980. Entretanto, o Escritório Central de Estatísticas (CBS) realizou uma contagem demográfica em 1993, encontrando 355.240 habitantes. Essa contagem identificou que 34% da população eram crioulos; 33%, hindustanis; 19%, indonésios; 9%, *maroons*; 3%, ameríndios; e 2%, de origem diversa (europeus, libaneses e coreanos).

Em 1973, os partidos políticos que pregavam a independência venceram as eleições. No ano seguinte, anunciaram oficialmente a intenção de tornarem-se independentes, e, em 25 de novembro de 1975, o Suriname passou a ser república independente.

Após uma longa disputa trabalhista entre o Comando do Exército Nacional e um grupo de oficiais de menor patente que defendia a criação de um sindicato trabalhista militar, 16 desses oficiais, liderados pelo Sargento Desi Bouterse, tomaram o país em 25 de fevereiro de 1980. Em agosto de 1980, a Constituição foi oficialmente suspensa, e uma junta mista civil-militar governou até 1982, quando a representação civil foi destituída. No mesmo mês, a sociedade exigiu um relaxamento das restrições e a convocação de eleições. Isso culminou numa petição escrita dirigida às autoridades militares em novembro. Em 8 de dezembro, 15 pessoas foram executadas, e duas estações de rádio, a sede do maior sindicato e os serviços gráficos de um jornal foram destruídos.

Em 1986, também aumentou a resistência contra o Governo militar no nordeste do Suriname, na zona rural ao redor de Moengo, cidade de mina de bauxita, sob a liderança de Ronnie Brunswijk, um *ndjuka* e ex-guarda-costas do Comandante do Exército, Bouterse. A região converteu-se no cenário de um conflito interno, que se propagou nos anos seguintes para o centro e o oeste do Suriname. Ao final de 1986 e durante a primeira metade de 1987, o Exército nacional atacou várias vilas *maroons* no interior.

Em março de 1987, foi elaborado um projeto de Constituição, aprovado por *referendum* em setembro. Em 25 de novembro de 1987, houve eleições gerais. Os três maiores partidos políticos (VHP, NPS e KTPI) fizeram uma coalizão, que resultou na Frente para o Desenvolvimento e a Democracia, e obtiveram uma vitória esmagadora.

Como se tornou evidente que o novo Governo não conseguia a paz nem reverter a rápida deterioração da economia, a situação política agravou-se, e em 24 de dezembro de 1990, o Comandante Interino do Exército Nacional anunciou que o Comando Nacional do Exército havia tomado o poder. Foi instalado um governo provisório, e novas eleições foram programadas para 25 de maio de 1991. As eleições, que foram monitoradas pela OEA, resultaram na Frente *Nieuw*, uma coalizão do VHP, NPS, KTPI e SPA, que ganhou 30 cadeiras. O NDP ganhou 12, e o novo DA' 91, 9 cadeiras.

Como nenhum partido ou coalizão obteve a necessária maioria de dois terços da Assembléia Nacional, em 6 de setembro de 1991 foi convocada a Assembléia do Povo Unido (VUV). Runaldo Ronald Venetiaan foi eleito Presidente e formou um governo constituído de ministros da Frente *Nieuw*, os quais permaneceram no poder por cinco anos. Durante sua gestão, o Governo assinou um acordo de paz com os rebeldes do interior e deteve a desvalorização do guilder (aproximadamente SF\$400,00 x US\$1,00). O Senhor Arthy Gorré substituiu o Tenente-Coronel Bouterse no comando do Exército, e a Constituição de 1987 foi emendada para evitar a interferência dos militares na gestão política e governamental do país. Em 23 de maio de 1996, houve novas eleições.

Nas eleições de 1996, o partido governista, Frente *Nieuw* (NF), perdeu terreno no interior para os partidos que prometiam garantir à população local o direito à terra. Dois novos partidos ganharam cadeiras: o Pendawa Lima Javanês e o Alliantie, este com vínculos com o NDP.<sup>2/</sup>

Os resultados das eleições de 1996 foram os seguintes:

---

2. *De Historische nar Suriname*, www.suriname.nu.

<b>Partido</b>	<b>Cadeiras</b>
<b>Frente Nova</b>	<b>24</b>
<b>NDP</b>	<b>16</b>
<b>DA'91</b>	<b>4</b>
<b>Pendawa Lima</b>	<b>4</b>
<b>Alliantie</b>	<b>3</b>
<b>Total</b>	<b>51</b>

A coalizão Frente Nova perdeu sua maioria na Assembléia Nacional, e sua influência diminuiu ainda mais por uma cisão havida no bloco VHP: cinco dos nove membros do VHP discordaram do que caracterizaram como falta de democracia em seu partido e do candidato nomeado Vice-Presidente. Em consequência, quando a Assembléia realizou os dois turnos exigidos pela Constituição para eleger o Presidente e o Vice-Presidente, os candidatos da Frente Nova a esses cargos não obtiveram a necessária maioria de dois terços. A Assembléia do Povo Unido foi então convocada, e o candidato da Frente Nova perdeu para Jules Wijdenbosch, Presidente do NDP, por estreita margem. Em 14 de setembro de 1996, tomou posse o novo Presidente.

Uma descrição mais completa das eleições de 1996 pode ser encontrada no relatório da Missão de Observação Eleitoral da OEA naquele ano.

## **B. Acontecimentos Políticos Prévios às Eleições de 2000**

Dificuldades econômicas e políticas cada vez maiores conturbaram o mandato de cinco anos do Presidente Wijdenbosch. Uma inflação galopante, alimentada pela drástica desvalorização da moeda, levou à agitação popular.

Apesar da crise cada vez mais profunda, o Presidente deixou o país para realizar uma visita oficial a Gana. Em sua ausência, a "Aliança Estruturada", uma fusão de partidos políticos de oposição, sindicatos e outras organizações civis, sob a liderança da sociedade, iniciou as ações de protesto que haviam sido suspensas alguns meses antes. Propôs também um governo provisório, e vários expoentes foram mencionados como possíveis candidatos a presidente e vice-presidente.

Ao mesmo tempo, a União para a Defesa do Estado de Direito, constituída da ordem dos advogados e de várias organizações cívicas, protestou contra a investidura de cinco novos juízes, planejada pelo Presidente das Cortes. Essa contenda originou-se da investidura do Magistrado Superior pelo Presidente, alegada inconstitucional. A entidade afirmava que a nomeação dos cinco também era inconstitucional. No dia em que quatro dos cinco novos juízes eram empossados, a reunião da Assembléia Nacional foi interrompida quando um grande número de opositores entrou no edifício.

Vários dias de protestos de rua haviam ocorrido quando o Presidente regressou, em 23 de maio de 1999. O número de opositores aumentava significativamente, e em 26 de maio, cerca de 150 sindicatos aderiram à greve, que havia virtualmente parado a vida de Paramaribo por dez dias. No dia seguinte, dez membros da Assembléia Nacional convocaram uma reunião para discutir a situação.

Em 28 de maio de 1999, o Presidente Wijdenbosch dissolveu o Conselho de Ministros. O líder do partido do Presidente (o NDP), o ex-Comandante Bouterse,

respondeu pedindo a sua renúncia. Em 1º de junho de 1999, a Assembléia Nacional aprovou uma moção de nenhuma fidelidade ao Presidente. Enquanto a moção era discutida, o Presidente enviou uma nota, informando sua disposição de reduzir seu mandato em um ano e convocar eleições, desde que a Assembléia Nacional também concordasse em reduzir a legislatura em um ano. O acordo foi feito, e as ações de protesto acabaram.

Em 28 de julho de 1999, o Presidente Wijdenbosch anunciou que as eleições gerais seriam antecipadas para 25 de maio de 2000.

## II. QUADRO ELEITORAL

### A. Sistema Eleitoral

O Suriname é uma democracia constitucional que elege o Presidente e o Vice-Presidente por via indireta. O Presidente escolhe o dia da eleição, que ocorre a cada cinco anos.

O sistema eleitoral e político do Suriname difere consideravelmente do de muitos Estados membros da OEA. É interessante analisar o processo eleitoral sob três níveis: a) os preparativos para as eleições; b) a realização das eleições; e c) as atividades de fiscalização e auditoria relacionadas com as eleições.

1. A responsabilidade pelos preparativos para as eleições compete ao Governo, por meio do Ministério de Assuntos Internos. Podem ser criadas uma ou mais "comissões técnicas" para assessorar o Ministro. O Escritório Central de Assuntos da População desempenha importante papel na elaboração da lista de eleitores em nível nacional. A organização em nível distrital é da responsabilidade de cada delegado distrital.
2. No dia da eleição, cada um dos escritórios dos dez delegados distritais converte-se na Zona Eleitoral (MPS) do distrito. Os delegados, que são nomeados funcionários do governo municipal, passam a ser os chefes das MPS e principais responsáveis pela realização das eleições no distrito. Depois de fechadas as seções eleitorais e de registrados os votos apurados em cada uma delas, os relatórios da eleição e as urnas são encaminhados para a MPS distrital, que compila os resultados da eleição no distrito e os anuncia em reunião aberta ao público. A MPS então registra o relatório da eleição em todo o distrito e transmite os resultados para a Autoridade Eleitoral Central (CPA) em Paramaribo,<sup>3/</sup> que compila os resultados eleitorais de todo o Suriname.
3. Após a eleição, um órgão denominado Comissão Eleitoral Independente (IEC) realiza a auditoria da eleição. Não exerce nenhuma função desse

---

3. As traduções do holandês e a linguagem popular podem fazer com que se denomine esse órgão sob diferentes nomes. O artigo 31 da Lei Eleitoral o menciona como "Centraal Hoofdstembureau". Na tradução literal, isso significa Principal (Hoofd) Seção Eleitoral (Stembureau) Central (Centraal). No entanto, a tradução em inglês da Lei Eleitoral refere-se a essa entidade como a Autoridade Eleitoral Central. Para os fins deste relatório, ela é denominada Autoridade Eleitoral Central.

tipo na fase preparatória das eleições nem em sua administração,<sup>4/</sup> mas pode intervir e solicitar uma ação reparadora a qualquer momento durante todo o processo eleitoral.

O país é dividido em dez distritos eleitorais, cada um deles subdividido em várias jurisdições ("ressorts"), cujos limites são estabelecidos por decreto. Cada distrito é chefiado por um delegado distrital nomeado. Em cada distrito também são eleitos diversos conselhos municipais, embora não sejam nomeados oficialmente por partidos e não concorram às eleições sob filiação partidária. Os conselhos distritais são eleitos pelo voto indireto, com base nas eleições para os conselhos municipais. O maior conselho distrital é Paramaribo, com 21 cadeiras, e os menores são os conselhos de Coronie e Brokopondo (sete cadeiras). Os maiores conselhos municipais têm 17 cadeiras, e os menores, sete.

O órgão máximo, a Assembléia Nacional, tem 51 membros, eleitos a cada cinco anos. O número de cadeiras de cada distrito eleitoral é estabelecido na Constituição. As 51 cadeiras são distribuídas na seguinte forma:

**Tabela 1**

**DISTRIBUIÇÃO DE CADEIRAS NA ASSEMBLÉIA NACIONAL**

Paramaribo	7	
Wanica		7
Nickerie	5	
Coronie	2	
Saramacca	3	
Commewijne	4	
Marowijne	3	
Pará	3	
Brokopondo	3	
Sipaliwini	4	

Os membros são eleitos em base a um complexo sistema de representação proporcional, usando a fórmula da maior média e do voto preferencial.<sup>5/</sup> O Presidente, o

- 
4. Em consequência, a IEC não é o equivalente da Comissão Eleitoral, da Comissão de Eleições e Fronteiras ou do Tribunal, existentes em muitos países do hemisfério ocidental. Uma de suas atividades é enviar grande número de observadores no dia da eleição para visitar as seções eleitorais como um meio adicional de compilar informação pertinente sobre o processo eleitoral, a qual é então usada na auditoria subsequente.
  5. A seguinte descrição é extraída do artigo 131 da Lei Eleitoral: a) candidatos à Assembléia Nacional são eleitos por representação proporcional com base na fórmula da maior média de votos preferenciais. As cadeiras são distribuídas de acordo com as disposições do artigo 8; b) a primeira cadeira é dada ao partido político que obtiver o maior número de votos em cada distrito. As demais cadeiras são destinadas uma a uma ao partido com o maior número de votos *depois que o denominador da fração do partido contemplado com uma cadeira tenha sido aumentado por um voto*. Em outras palavras, o número de votos obtidos pelo primeiro partido a ser contemplado com uma cadeira (o numerador) é dividido por dois (o denominador), e o ciclo de concessão de cadeiras é repetido junto ao partido que detiver o maior número de votos, o qual recebe a segunda cadeira. Se o partido que ganhar a primeira cadeira ainda mantiver o maior número de votos, é contemplado com a segunda cadeira, e o

Vice-Presidente e o Gabinete constituem o Poder Executivo. A Assembléia Nacional é um órgão legislativo e não tem funções executivas. Em linguagem popular, o "governo" é o Poder Executivo, e o parlamento ou a legislatura nacional, a Assembléia Nacional. Essa denominação é usada mesmo quando a Assembléia Nacional é controlada pelo partido político com que o Presidente e/ou o Vice-Presidente se identifiquem.

O sistema eleitoral consiste de leis, normas e procedimentos que regulam a organização das eleições para os órgãos representativos. No Suriname, baseia-se no seguinte: a Constituição da República; o decreto sobre o registro compulsório dos cidadãos; o decreto sobre os partidos políticos; a lei eleitoral; o decreto eleitoral, o decreto sobre a jurisdição distrital; e o decreto sobre as fronteiras de jurisdição.

A Constituição dispõe que todo cidadão surinamês residente no Suriname e que tenha, pelo menos, 18 anos de idade no dia em que a lista de eleitores é administrativamente encerrada está habilitado a votar. A lista de eleitores não é mantida separadamente, mas, na verdade, é extraída do Registro Civil. O artigo 54 da Constituição obriga o Governo a registrar os eleitores, e isso consta do decreto sobre o registro compulsório dos cidadãos. O Governo também está obrigado a registrar os nomes dos eleitores habilitados. Os eleitores são convocados para as eleições por meio da emissão do título de eleitor, que é diferente do documento nacional de identificação. O título indica a localização da seção eleitoral do eleitor.

O decreto sobre os partidos políticos estabelece as regras para o registro dos partidos que desejem participar das eleições. O memorando explicativo anexado a tal decreto indica que o direito a participar das eleições não é concedido a qualquer grupo que constitua uma assembléia. Um partido político deve ser uma entidade legal dotada de estrutura interna democrática e aberta a todos os cidadãos surinameses. Os eleitores devem ser informados sobre os programas e os princípios do partido. Os partidos políticos que desejarem participar das eleições devem apresentar uma lista de membros de, no mínimo, 1% do total de eleitores do país. É requisito que estejam inscritos em dois registros públicos; na IEC e na CPA. Se a CPA recusar um partido

---

denominador da fração passa a ser três, resultando num numerador ainda menor para o partido. Se esse partido ainda detiver o maior número de votos, recebe a terceira cadeira do distrito. Se outro partido obtiver o maior número de votos após a concessão da primeira cadeira, esse partido é contemplado com a segunda cadeira, e o número de votos obtidos é dividido por dois. O sistema de aumentar o denominador da fração do partido contemplado com uma cadeira por um é repetido até que todas as cadeiras disponíveis sejam distribuídas; c) se mais de um partido político obtiver o maior número de votos, cada um é contemplado com uma cadeira; d) esse princípio também é observado depois que cada cadeira subsequente for concedida, e que dois ou mais partidos obtiverem a média mais alta de número de votos (um numerador idêntico); e) a fim de aplicar os princípios definidos nas alíneas b e c, o número de cadeiras ainda disponíveis no distrito deve ser suficiente, e, se tal não for o caso, é realizado sorteio para escolher o partido político vencedor; f) a Autoridade Eleitoral Central deverá, depois de o número total de cadeiras haver sido concedido a um partido político, dividir o número de votos da lista de candidatos daquele partido pelo número de cadeiras distribuídas. Os candidatos que obtiverem mais votos do que esses números são escolhidos por *preferência*. Quanto aos demais, e na medida em que os candidatos obtenham um número igual de votos preferenciais, as cadeiras serão concedidas de acordo com a ordem das listas de candidatos apresentadas pelos partidos políticos; g) se um partido político houver obtido apenas uma cadeira, essa cadeira será ocupada pelo candidato da lista do partido político que houver obtido o maior número de votos.



político por não atender a um ou mais desses requisitos, o partido pode apresentar recurso ao Presidente da República.

Os partidos políticos reconhecidos pela CPA apresentam uma lista de candidatos. Podem incluir tantos candidatos em suas listas para a Assembléia Nacional e para os conselhos distritais quantas forem as cadeiras disponíveis no distrito e podem acrescentar até dez candidatos, se desejarem. No caso dos conselhos municipais, o número de candidatos não deve ultrapassar o número de cadeiras do conselho municipal. Os candidatos devem assinar uma declaração concordando em aceitar sua indicação, mas não podem ser indicados fora de sua jurisdição ou do distrito onde residam. As MPS decidem sobre a conformidade das listas com essas normas, porém os partidos políticos podem apresentar recurso ao Presidente da República.

O Presidente decide se deve apoiar a decisão da CPA ou revogá-la, no todo ou em parte. Depois de concluídas as listas das pessoas indicadas pelos partidos, elas passam a integrar uma lista consolidada. A ordem das listas nas cédulas eleitorais é determinada por sorteio realizado em reunião pública.

O decreto eleitoral determina as regras de procedimento das eleições, tais como o modelo das cédulas, o formato da urna eleitoral, o tipo dos documentos oficiais (relatórios da eleição, *proces verbal*) e as declarações do voto por procuração.

Depois da eleição, a CPA publica os resultados o mais breve possível e, em reunião pública, determina o número de cadeiras correspondente a cada partido nos diferentes órgãos políticos. Os eleitores habilitados que estejam presentes podem apresentar queixas. A CPA encaminha o documento oficial (relatório da eleição ou *proces verbal*) à IEC e ao Presidente. As pessoas eleitas também recebem uma cópia do documento e devem comunicar à CPA sua aceitação à eleição. A declaração da IEC oficializa os resultados.

A Assembléia Nacional é instalada dentro de trinta dias após a certificação dos resultados pela IEC. Conforme foi mencionado anteriormente, a Assembléia Nacional elege o Presidente e o Vice-Presidente pela maioria de dois terços de votos. No mínimo, sete membros da Assembléia Nacional podem propor um candidato para qualquer um dos dois cargos. A eleição é realizada em dois turnos. Caso nenhum candidato obtenha a maioria de dois terços, a Assembléia do Povo Unido (VUU) é convocada para um terceiro turno (como ocorreu em 1991 e 1996). Essa eleição também requer a maioria de dois terços da Assembléia Nacional. A Assembléia do Povo é constituída pelos membros da Assembléia Nacional, dos conselhos distritais e dos conselhos municipais. Suas decisões são adotadas por maioria simples, se mais da metade dos membros atuantes estiver presente.

O Presidente Wijdenbosch anunciou a realização das eleições em 25 de maio de 2000, havendo sido preparado o calendário eleitoral.

## ***Tabela 2***

### **CALENDÁRIO ELEITORAL DAS ELEIÇÕES DE MAIO DE 2000**

<b>DATA</b>		<b>ATIVIDADE</b>
<b>De:</b>	<b>A:</b>	
<b>VERIFICAÇÃO DAS LISTAS DE ELEITORES (30 DIAS ANTES DA ELEIÇÃO)</b>		
15 fev 00	15 mar 00	Verificação das listas de eleitores (artigo 16.2, Lei Eleitoral: 30 dias antes do encerramento das listas. Encerramento das listas de eleitores em 15 de março de 2000 (artigo 16.5, Lei Eleitoral): 25 dias antes do registro dos candidatos indicados.
<b>REGISTRO DOS PARTIDOS POLÍTICOS (25 DIAS)</b>		
16 mar 00	22 mar 00	Registro dos partidos políticos (artigo 31.4, Lei Eleitoral: Registro para eleições na CPA, do 24º ao 19º dia, inclusive, antes do último dia da apresentação de candidatos, 10 de abril de 2000)
22 mar 00		Último dia para o registro dos partidos políticos e/ou composições (Decreto sobre Partidos Políticos, SB, 1987, Nº 61: Registro na IEC. A essa data os partidos devem estar registrados na IEC para poder participar das próximas eleições.)
<b>REGISTRO DOS PARTIDOS POLÍTICOS (25 DIAS)</b>		
23 mar 00	25 mar 00	Listas dos partidos políticos para apreciação pela CPA (artigo 32, Lei Eleitoral)
27 mar 00		Edital sobre a data do registro, pela CPA, dos candidatos à eleição para a Assembléia Nacional (artigo 38.2: no mínimo 14 dias antes da indicação dos candidatos)
27 mar 00	28 mar 00	A CPA adota decisão final sobre a validade do registro de um partido político (artigo 34, Lei Eleitoral)
29 mar 00	30 mar 00	Oportunidade para apresentação de recurso ao Presidente contra decisão da CPA (artigo 36.1, Lei Eleitoral: os partidos políticos dispõem de dois dias úteis para recorrer da decisão da CPA junto ao Presidente)
31 mar 00	02 abr 00	O Presidente deve decidir sobre o recurso, justificando sua decisão (artigo 36.2, Lei Eleitoral: o Presidente deve decidir dentro de três dias da apresentação do recurso)
<b>DATA</b>		<b>ATIVIDADE</b>
<b>De</b>	<b>A</b>	
03 abr 00	05 abr 00	O partido político cujo registro houver sido recusado em primeira instância ou em recurso, ou cujo recurso houver sido considerado improcedente, pode apresentar um segundo recurso junto à CPA (artigo 37.1, Lei Eleitoral: o partido político pode recorrer mais uma vez; artigo 31.1: dentro de três dias úteis da decisão da CPA ou do Presidente)
Sem data	Sem data	A CPA adota decisão final quanto ao terceiro recurso (artigo 37.2 - Não cabe mais recurso)
10 abr 00		Data para registro de candidatos à eleição dos membros da AN (artigo 38.1/artigo 16.5, Lei Eleitoral: ver acima, 14 mar 00 - 25 dias antes da data de registro dos candidatos indicados). As listas de candidatos devem ser apresentadas ao escritório da CPA entre 08h00 e 15h00.

<b>DATA</b>		<b>ATIVIDADE</b>
<b>De:</b>	<b>A:</b>	
10 abr 00		Ao encerrar-se o expediente no dia da indicação dos candidatos, a CPA reúne-se para examinar as listas. (artigo 46: imediatamente após a hora estabelecida no artigo 38.1, ou seja, depois das 15h00)
10 abr 00		A CPA deve notificar imediatamente as pessoas e a junta executiva do partido político que apresentou as listas sobre quaisquer irregularidades (artigo 47, Lei Eleitoral)
11 abr 00	13 abr 00	As listas apresentadas devem ser exibidas para exame de todos (artigo 45: durante três dias)
3 dias após recebimento da notificação		Oportunidade para correção de erros ou omissões na CPA (artigo 48.1, Lei Eleitoral: dentro de três dias após o dia em que a notificação houver sido enviada, entre 8h00 e 15h00)
18 abr 00 (de 10 abr 00)		Decisão final pela CPA quanto à validade das listas de candidatos (artigo 50, Lei Eleitoral: 8 dias depois de apresentadas as listas de candidatos)

19 abr 00	21 abr 00	Último dia possível para apresentação de recurso junto ao Presidente quanto à validade das listas de candidatos (artigo 52.1, Lei Eleitoral: dentro de três dias da decisão da CPA sobre a validade das listas)
22 abr 00	29 abr 00	Último dia para decisão pelo Presidente sobre os recursos a respeito da validade das listas de candidatos (artigo 52.2, Lei Eleitoral: 8 dias da apresentação do recurso)
30 abr 00		Sorteio para determinar a ordem dos partidos políticos nas cédulas eleitorais (artigo 53.1, Lei Eleitoral: Imediatamente após o prazo da apresentação de recurso). Anúncio das listas de candidatos válidas (artigo 53.2, Lei Eleitoral: sem atraso, mediante edital na <i>Advertisement Gazette</i> da República do Suriname, chamando a atenção do público)
30 abr 00		Distribuição das cédulas eleitorais aos delegados distritais
30 abr 00	22 mai 00	Distribuição dos títulos de eleitor pelos delegados distritais. <b>22 de maio foi o último dia de distribuição dos títulos de eleitor em 2000.</b>
25 mai 00		Dia da Eleição (Decreto Presidencial Nº PB 011/99)

**Tabela 3****PARTIDOS POLÍTICOS POR ORDEM DE REGISTRO EM 2000**

PARTIDOS POLÍTICOS POR ORDEM DE REGISTRO EM 2000		
SIGLA	NOME COMPLETO	PRESIDENTE
1. NK	Naya Kadam (Nova Escolha)	I.M. Djwalapersad
2. MC: NDP KTPI DA	Millennium Combinatie (Composição Milênio): - Nationale Democratische Partij (Partido Democrático Nacional) - Kerunkunan Tulodo Prenatan Inggil (Partido da Unidade Nacional e Solidariedade) - Democratisch Alternatief (Alternativa Democrática)	D.D. Bouterse W. Soemita S.D. Ramkhelawan
3. NHP	Nationale Hervormings Partij (Partido da Reforma Nacional)	K. Moenné
4. DOE	Democratie door Eenheid en Ontwikkeling (Democracia pela Unidade e pelo Desenvolvimento)	M. Essed-Fernandes
5. DNP 2000	Democratisch Nationaal Platform 2000 (Plataforma Nacional Democrática 2000)	L.A.E. Alibux
6. BVD	Basispartij voor Vernieuwing en Democratie (Partido Básico para a Renovação e a Democracia)	T. Gobardhan
7. NF: NPS	Nieuw Front voor Democratie en Ontwikkeling (Frente Nova para a Democracia e o Desenvolvimento):	R.R. Venetiaan

PARTIDOS POLÍTICOS POR ORDEM DE REGISTRO EM 2000		
SIGLA	NOME COMPLETO	PRESIDENTE
VHP	- Nationale Partij Suriname (Partido Nacional do Suriname)	J. Lachmon
SPA	- Vooruitstrevende Hervormde Partij (Partido Progressista Reformado)	F. Derby
Pertjajah Luhur	- Surinaamse Partij van de Arbeid (Partido Trabalhista Surinamês) - Partjajah Luhur (Confiança Total)	P.S. Somohardjo
8. PALU	Progressieve Arbeiders en Landbouwers Unie (Sindicato dos Trabalhadores e Agricultores Progressistas)	I. Krolis
9. PVF	Politieke Vleugel van de FAL (Ala Política da FAL)	J. Sital
10. DA'91: AF BEP	Democratisch Alternatief '91 (Alternativa Democrática '91): - Alternatief Forum (Fórum Alternativo) - Broederschap en Eenheid in Politiek (Fraternidade e Unidade na Política)	W. Jessurun C. Alendy
11. ABOP	Algemene Bevrijdings en Ontwikkelings Partij (Partido da Liberação Geral e do Desenvolvimento)	R. Brunswijk
12. HPP	Hernieuwde Progressieve Partij (Partido Progressis-ta Renovado)	H.P. Kisoensingh
13. PSV	Progressieve Surinaamse Volks Partij (Partido do Povo Progressista do Suriname)	R. Braaf
14. NPLO	Nationale Partij voor Leiderschap en Ontwikkeling (Partido Nacional para a Liderança e o Desenvolvimento)	O. Wangsabesari
15. APS	Amazone Partij Suriname (Partido Amazona do Suriname)	R. Aloeman
16. Pendawa Lima	Pendawa Lima (Cinco Filhos do Rei Pandu)	R. Sapoen
17. D 21	Democraten van de 21ste Eeuw (Democratas do Século XXI)	S. Moestadja

[Nota: Cada partido aparece separadamente na cédula eleitoral, em vez de haver, se for o caso, uma indicação por aliança de partidos.]

## B. Procedimentos da Seção Eleitoral no Dia da Eleição

Conforme foi assinalado, há dez distritos eleitorais no Suriname, cada um deles chefiado por um delegado distrital, que também preside a MPS do distrito. Nesse aspecto, o delegado exerce funções similares à de um juiz eleitoral em muitos países do Hemisfério. No entanto, o delegado distrital também tem um âmbito de poderes governamentais e pode ser designado ou removido por ordem do Presidente da República. Cada distrito é subdividido em jurisdições municipais e conta com várias seções eleitorais, com base, aproximadamente, na população do município ou bairro. Cada jurisdição municipal deve contar, no mínimo, com uma seção eleitoral. Teoricamente, não deve haver mais de 500 eleitores habilitados em cada seção eleitoral, mas em algumas há mais de 1.000.

### *Abertura e votação*

Todas as seções eleitorais têm um presidente, um vice-presidente, três membros e cinco suplentes. Eles devem abrir a seção às 7h00, estando presentes a totalidade de seus membros e um representante da polícia. Em cada seção eleitoral são entregues dois conjuntos separados da documentação de votação (para a Assembléia Nacional e para os conselhos municipais), na qual deve ser aposto o timbre da República antes de sua distribuição. O presidente abre o pacote contendo os votos em branco, conta-os e assina-os antes da abertura da seção eleitoral. As urnas de votos devem ser fechadas com dois cadeados, depois que as pessoas presentes, inclusive trabalhadores, escrutinadores, representantes de partidos e o público em geral, vejam que estão vazias. Uma das chaves permanece, durante o dia, em poder do presidente, e a outra, do membro mais idoso da seção eleitoral.

O procedimento de votação é aberto e transparente. A cada etapa do processo cabe ao presidente da seção informar sobre o que está acontecendo e demonstrar aos presentes que as informações transmitidas correspondem à realidade, explicando cada passo ou exibindo todos os documentos manuseados.

Após a abertura da seção, os eleitores começam a entrar, um a um. Devem apresentar o título de eleitor e o documento de identidade ao presidente. O nome do eleitor e o número de seu título são lidos em voz alta, e um membro da seção verifica se o nome consta da lista de eleitores. Em seguida, o eleitor exhibe suas mãos para mostrar que não há sinais de tinta. O dedo mínimo da mão esquerda é umedecido em tinta indelével. O eleitor recebe então duas cédulas: uma azul, referente à Assembléia Nacional (com a lista dos partidos da jurisdição), e outra branca, referente ao conselho municipal, em que só aparecem os nomes dos candidatos. O eleitor dirige-se a uma cabina e, ao votar para a Assembléia Nacional, marca, com um lápis vermelho que lhe está disponível, no círculo que aparece ao lado do nome de um dos partidos políticos. O voto em branco, a risca em mais de um círculo ou qualquer outra marca anulam o voto. Na eleição para o conselho municipal, o eleitor pode colorir de vermelho tantos círculos quanto for o número de membros a serem eleitos para esse conselho. Qualquer outra marca na cédula eleitoral a anula. Se o eleitor perceber que cometeu algum equívoco ou quiser mudar seu voto, pode obter uma segunda cédula eleitoral do presidente da seção. As cédulas não utilizadas são separadas e contadas após o encerramento da seção.

O eleitor deve dobrar as duas cédulas eleitorais antes de deixar a cabina e depositá-las na urna de votos. Tanto a cédula azul como a branca são colocadas na mesma urna. Antes de serem depositadas, o presidente verifica as cédulas mais uma vez para assegurar-se de que têm apostos o carimbo e a assinatura no verso.

### *Observadores eleitorais (escrutinadores)*

Na maioria das seções, os observadores eleitorais que representam os partidos estão presentes durante toda a votação. Eles têm permissão para reunir-se fora da

seção, desde que não perturbem a eleição, e exibir as camisetas, bandeiras e outra parafernália do partido, bem como para levar modelos das cédulas eleitorais. Também podem se aproximar dos eleitores e tentar conquistar seus votos. No Suriname, essa prática, ilegal em alguns Estados membros da OEA, é considerada uma ação de educação eleitoral legítima. Representantes dos partidos podem auxiliar os eleitores na marcação de

suas cédulas eleitorais, se o presidente permitir, e podem ajudar eleitores incapacitados. Muitos observadores eleitorais têm cópia das listas de eleitores e vão eliminando os nomes das pessoas na medida em que votam.

#### *Voto por procuração*

A Lei Eleitoral permite a duas categorias de pessoas votar por procuração: as que trabalham nas eleições, porém em seções fora de seu distrito de residência, e policiais e membros do Exército que estejam em missão fora de seu distrito eleitoral no dia da eleição. O eleitor deve assinar uma declaração a fim de que outra pessoa possa depositar o seu voto e encaminhá-la ao delegado distrital. O procurador deve apresentar essa declaração na seção eleitoral e também pode depositar o seu próprio voto.

#### *Ajuda*

Segundo a Lei Eleitoral, o presidente pode autorizar uma pessoa a ser auxiliada a votar, se o eleitor for fisicamente incapacitado e impossibilitado de votar sem ajuda. Analfabetos ou deficientes mentais não estão autorizados a receber assistência. As pessoas que precisam de ajuda trazem alguém conhecido para auxiliá-las ou recorrem a algum observador eleitoral de seu partido.

#### *Encerramento e contagem*

Às 19h00 são fechadas as seções eleitorais, mas os eleitores que estiverem do lado de dentro (ou em fila) naquele momento podem votar. Depois que o último eleitor vote, as pessoas que trabalham na seção eleitoral podem ter um recesso de, no máximo, uma hora, durante a qual os que não estiverem em recesso contam os votos depositados (na verdade, o número de eleitores mais as cédulas não utilizadas) e comparam esse número com o de cédulas emitidas. Após o recesso, o presidente abre a urna eleitoral, e os membros da seção separam as cédulas brancas das azuis. Em algumas seções eleitorais, é autorizada a presença de um membro de cada partido político; em outras, todos os observadores eleitorais devem ficar do lado de fora, em lugar de onde possam ver a contagem (por exemplo, através de janelas e portas nas escolas).

A maioria das seções eleitorais começa por contar os votos para a Assembléia Nacional. Os nomes do candidato e do partido são lidos em voz alta, e cada cédula eleitoral é mostrada aos observadores eleitorais e ao público em geral. Os votos são contados por membros das seções e por observadores eleitorais. Se houver alguma diferença, o presidente pode determinar a recontagem dos votos. Os votos para os conselhos municipais são contados da mesma forma. A exigência de anunciar nomes, mostrar cada cédula eleitoral e contar dois conjuntos de votos pode levar muitas horas.

Depois de concluída a contagem, é escrito um relatório oficial da eleição (*proces verbal*), que vai assinado pelos membros da seção. Quaisquer reclamações que surjam durante o processo de contagem devem ser incluídas no relatório. As cédulas azuis e brancas são acondicionadas em pacotes separados e lacrados, o mesmo acontecendo com os formulários das pessoas que tenham votado por procuração. O presidente, acompanhado de um policial, leva os pacotes lacrados e a urna vazia para a MPS do distrito.



Os membros de cada MPS reúnem-se depois de recebidos todos os relatórios da eleição. Eles determinam o número de votos ganhos por candidato e por partido político em cada jurisdição municipal, o número de votos obtidos por distrito e o número de votos apurados para cada partido político nos conselhos distritais. Os relatórios da apuração de cada uma das MPS distritais, bem como os das seções eleitorais, são então transmitidos à CPA, em Paramaribo.

### **III. PREPARATIVOS PARA AS ELEIÇÕES**

#### **A. Organização das Eleições: Aspectos Administrativos**

A longa experiência da OEA em observar as eleições no Suriname mostra que algumas das dificuldades encontradas em 2000 podem ser atribuídas aos desafios deparados pelas autoridades eleitorais ao longo dos anos. Os problemas de ordem econômica existentes no país restringiram os recursos humanos e materiais disponíveis no Governo.

As tarefas relacionadas com a organização das eleições podem ser distribuídas em sete categorias, a saber:

- planejamento, elaboração do orçamento e treinamento
- entrega dos títulos de eleitor
- atualização dos registros de eleitores
- emissão das listas; confecção e distribuição dos títulos de eleitor
- preparação dos documentos da eleição
- recrutamento/treinamento de funcionários das eleições
- instituições eleitorais e infra-estrutura

Essas sete categorias de tarefas de certa forma ocorrem em ordem cronológica.

#### *Planejamento, elaboração do orçamento e treinamento*

É necessário haver uma secretaria bem-equipada e eficiente para planejar as eleições, preparar o orçamento e assegurar o seu financiamento, bem como para supervisionar os preparativos das eleições. Se o planejamento operacional e financeiro, assim como os preparativos, não for realizado adequadamente, um tempo valioso será perdido e a comissão encarregada da implementação não será capaz de cumprir o rigoroso prazo das eleições.

#### *Entrega dos títulos de eleitor*

Depois de o Presidente emitir parecer final sobre os recursos apresentados quanto à lista de candidatos, resta pouco menos de um mês para a eleição. Nesse curto período, os eleitores habilitados em todo o país devem receber seu título de eleitor. Esse prazo é arriscado, considerando o tamanho do país e o curto tempo anterior às eleições em que os títulos devem chegar ao eleitor em potencial.

### *Preparação dos documentos da eleição*

É preciso imprimir e distribuir rapidamente um grande número de documentos referentes à organização das eleições. O Ministério de Assuntos Internos emprega mais de 5.000 pessoas como membros das seções eleitorais. Deve ser preparado e distribuído a cada um deles o material instrutivo a fim de assegurar o adequado e eficiente funcionamento das seções eleitorais. Outros tantos manuais e documentos de instrução, inclusive a legislação eleitoral atualizada e a localização das seções eleitorais, devem estar disponíveis para os partidos políticos e outras partes interessadas.

O maior desafio, no entanto, é a impressão das cédulas eleitorais. Em menos de 30 dias entre a aprovação final da lista de candidatos pelo Presidente e a eleição, devem ser impressas duas cédulas eleitorais para cada um dos dez distritos. E ainda precisam ser carimbadas, dobradas, preparadas para distribuição e distribuídas.

### *Recrutamento/treinamento dos funcionários das seções eleitorais*

Devem ser recrutadas dez pessoas para cada uma das 463 seções eleitorais, além do pessoal substituto que deve estar disponível. Também deve ser oferecido treinamento. Não é tarefa fácil recrutar e treinar milhares de pessoas.

### *Instituições eleitorais e infra-estrutura*

A IEC é o principal órgão responsável pelo monitoramento das eleições e pela declaração de que o processo transcorreu de forma livre, justa e transparente. Não organiza as eleições. De acordo com a Lei Eleitoral, cabe à IEC supervisionar as eleições gerais e declarar os resultados oficiais das eleições do país.

A IEC é um órgão que tem caráter permanente entre as eleições. Durante tal período, a IEC fiscaliza a administração civil para assegurar que, quando sejam convocadas as eleições, seja emitida uma lista exata de eleitores. Também supervisiona a atualização periódica da lista.

A CPA é o principal órgão responsável pela apuração e pelo anúncio dos resultados das eleições. Também regula a admissão dos membros eleitos para a Assembléia Nacional e para os conselhos distritais e municipais e é responsável pelo registro dos partidos políticos. Cabe, ademais, à CPA adotar as medidas necessárias para que a IEC possa declarar os resultados oficiais. Depende da eficiência dos delegados distritais, chefes das MPS. Os resultados são apurados em nível de distrito e depois transmitidos à CPA.

## **B. Eventos Pré-Eleitorais em 2000**

Antes das eleições, muitas residências e casas comerciais foram enfeitadas com as coloridas bandeiras e estandartes dos partidos. O fato de haver em muitas residências vizinhas bandeiras ou símbolos de partidos opostos comprova o respeito dos partidos ao direito de seus rivais de competir. Muitas vezes, na mesma residência eram exibidas bandeiras de diferentes partidos.

Um grande acontecimento político ocorreu em 19 de maio, quando foi inaugurada uma nova ponte de duas faixas sobre o rio Suriname. Era o dia do aniversário do Presidente Wijdenbosch, a apenas seis dias da eleição. Apesar de existirem antigas controvérsias a respeito de sua construção, a presença de uma gigantesca multidão foi uma demonstração do orgulho nacional pela ponte, que passou a substituir o serviço de barcas entre Paramaribo e o distrito de Commowijne.

#### *Atualização do registro de eleitores*

Um dos maiores desafios é atualizar o Registro Civil, emitir a lista dos eleitores habilitados e apresentá-la para inspeção. Em Paramaribo, o maior distrito, suas 227 seções eleitorais, do total de 463, correspondem a mais da metade das seções. O segundo maior distrito é Wanica (69 seções eleitorais).

Os distritos de Sipaliwini, Brokopondo, partes de Marowijne e o setor sudeste do Pará são referidos com freqüência como o "interior". Eles abrangem cerca de 130 cidades e algumas centenas de acampamentos de agricultura de pequena produção ou de trabalho. Muitas das pessoas desses lugares são semi-analfabetas ou analfabetas e com freqüência encontram dificuldades para cumprir os requisitos do Registro Civil. A existência de um registro civil exato é prejudicada pela migração da população em virtude da alternância da agricultura e dos movimentos para e de Paramaribo.

Os registros de eleitores no interior perderam qualidade em vista do conflito civil ocorrido entre 1986 e 1992, quando entre 10.000 e 20.000 pessoas deixaram o interior. Nas eleições de 1987, foram adotadas medidas especiais para que os refugiados votassem fora de seus distritos de residência. Grande número de pessoas que haviam atingido a idade de votar durante os dez anos anteriores às eleições de 2000 não estavam registradas. Além disso, muitos residentes do interior transferiram-se para o litoral sem notificar as autoridades. Diversos eleitores habilitados que voltaram para o interior não foram para suas cidades de origem. Portanto, não constavam das listas de eleitores ou não estavam devidamente cadastrados por residência.

Pouco antes das eleições de 25 de maio de 2000, funcionários do CBB calcularam que as encomendas de emissão de carteiras de identidade eram entre 40.000 e 50.000. Muitas delas destinavam-se a pessoas que completariam 18 anos antes das eleições, mas que não haviam tido a oportunidade de receber a carteira de identidade quando completaram 15 anos, conforme exige a lei (*Government Gazette* 1974, Nº 35). Esse contingente representava cerca de 27.000 dos casos de encomenda, e os demais eram segundas vias de carteiras de identidade.

#### *Atualização dos registros; produção e distribuição das carteiras de identidade dos eleitores*

O desafio de atualizar os registros dos eleitores complica-se ante a falta de equipamento de computação moderno. O CBB depende da estrutura computacional do centro de informática do Governo (CEBUMA) para extrair do Registro Civil as listas dos eleitores em potencial. Também transmite, mantém e corrige essas listas. O CEBUMA prepara ainda a lista de distribuição dos títulos de eleitor e determina a seção eleitoral de cada eleitor.

#### **IV. ATIVIDADES PRÉ-ELEITORAIS DA MISSÃO DA OEA**

##### **A. Atividades do Chefe da Missão da OEA**

O principal trabalho da Missão começou em 16 de maio de 2000, quando sua sede foi instalada em Paramaribo. Os observadores que chegaram primeiro prepararam pacotes de informação sobre a legislação eleitoral, os procedimentos e uma descrição das regiões do Suriname, sob a supervisão do Coordenador Residente.

Após a chegada do Chefe da Missão, ele se reuniu com funcionários governamentais e autoridades eleitorais, com líderes e representantes de partidos políticos e com o corpo diplomático para inteirar-se da situação existente. Também discorreu sobre a MOE da OEA e explicou o seu trabalho.

Esses contatos iniciais foram facilitados pela apresentação oficial sobre os preparativos para as eleições, organizada pelo Ministro de Assuntos Internos para representantes diplomáticos e de organizações internacionais em 16 de maio de 2000. A reunião foi conduzida pelos funcionários governamentais superiores, responsáveis pela organização e supervisão das eleições. A apresentação procurou diminuir as preocupações quanto à impressão das cédulas eleitorais, a distribuição dos títulos de eleitor e o recente e inesperado rodízio de todos os dez delegados distritais, feito pelo Presidente. As principais preocupações mencionadas pelos representantes diplomáticos diziam respeito às questões levantadas pelos partidos políticos e pelos candidatos, inclusive como prevenir as falsificações dos resultados apurados na seção eleitoral, enquanto a caminho de cada MPS, e se era condição dispor do título de eleitor para exercer o sufrágio.

Na seqüência, o Chefe da Missão reuniu-se separadamente com o Presidente da IEC, com o Vice-Presidente da Comissão Nacional para as Eleições de 2000, que desempenhou um papel chave na organização das eleições por parte do Governo, com o Presidente da CPA e com o chefe do CBB. Essas reuniões serviram para a troca de idéias sobre o andamento dos preparativos e as preocupações levadas à atenção da Missão pelos partidos políticos e pelas pessoas em geral. As preocupações mais comuns disseram respeito ao processo de registro do eleitor. Foi observado que a distribuição dos títulos de eleitor havia sido conduzida de forma inadequada nas eleições de 1996 e que a Missão de Observação Eleitoral da OEA recomendara, na ocasião, formas de fortalecer esse aspecto crucial do processo eleitoral.

Dias antes da eleição, o Presidente da IEC solicitou que a Missão da OEA realizasse uma prévia, como o fez em 1996. No entanto, das consultas realizadas junto a especialistas que em geral fazem prévias para a OEA depreendeu-se que era muito tarde, que os recursos disponíveis para a Missão eram bastante limitados e que também

não havia recursos técnicos e humanos necessários a uma eficiente atuação, em virtude da contenção orçamentária.

Devido ao tardio início da Missão, em face de não haver suficientes recursos com a necessária antecedência, e às agendas cada vez mais ocupadas dos líderes dos partidos na medida em que se aproximava o dia da eleição, o Chefe da Missão não pôde se reunir com os líderes e representantes de todos os partidos políticos. No entanto, ele conseguiu estar com os principais representantes das mais importantes coalizões (NF, MC e DNP 2000), bem como com os da maior parte dos menores e mais novos partidos.

Em geral, os líderes e representantes dos partidos mostraram-se satisfeitos com a condução de suas campanhas, que haviam transcorrido em clima ardente, porém pacífico. Muitos deles comentaram a respeito da "moderna" dimensão de suas campanhas, em que a ênfase havia recaído nos programas e temas. Também foi feita referência ao maior acesso à mídia por parte dos partidos políticos ante a existência de estações de rádio e canais de televisão privados. Esse progresso foi visto como uma contribuição para a divulgação dos programas dos partidos e, conseqüentemente, para um eleitorado melhor informado. Além disso, alguns dos menores partidos consideraram que o acesso à mídia era muito útil porque compensava sua limitada capacidade e recursos operacionais para realizar campanha.

As preocupações levantadas pelos partidos diziam respeito, principalmente, ao processo de registro. Foram os seguintes os problemas apontados:

- nas listas finais de eleitores faltavam muitos nomes (cerca de 10.000) que apareciam na lista provisória, retirados pelo Presidente sem justificativas;
- pessoas que indicavam mudanças de endereço à última hora não estavam sendo incluídas nas listas de eleitores;
- um pequeno número de pessoas em vários *ressorts* (jurisdições) iriam votar em seções eleitorais que não eram as habituais, um tanto distantes de suas residências;
- a distribuição dos títulos de eleitor havia sido mal-organizada, em vista do que várias pessoas se queixaram por não os haver recebido. Como a lei exige a posse tanto da cédula de identidade como do título de eleitor, havia grande preocupação pelo fato de que tais pessoas estariam impossibilitadas de votar;
- os procedimentos para obtenção do título de eleitor foram considerados inconvenientes e as respostas às indagações, insatisfatórias.

Pareceu à Missão da OEA que esses problemas de ordem administrativa e logística não foram vistos pela maioria dos partidos políticos e dos candidatos como intenção deliberada de excluir eleitores.

A Missão externou essas preocupações a funcionários eleitorais e do Registro Civil, que disseram serem os cidadãos responsáveis por verificar seus nomes na lista provisória de eleitores e informar o Registro Civil sobre mudanças nas listas de endereço. No entanto, os funcionários afirmaram que apenas cerca de 10% haviam procedido dessa forma. Se não fossem encontrados nos endereços registrados, seus nomes eram retirados dos registros. Esse estrangulamento do processo levou grandes

multidões de eleitores em potencial a vagar, inclusive no dia da eleição, à procura de sua cédula de identidade ou do título de eleitor.

Outra queixa de ordem logística disse respeito ao atraso na entrega das provas da cédula eleitoral. Além de servirem para verificar a correta impressão das cédulas, essas provas são usadas pelos partidos políticos para mostrar o procedimento correto de votação.

Alguns líderes de partidos questionaram a integridade da transmissão dos resultados da seção eleitoral para a MPS. Embora os representantes dos partidos possam estar presentes como membros do público quando os votos são contados e apresentar queixas, a lei não determina que eles recebam cópias dos relatórios da eleição, pois os escrutinadores dos partidos não possuem *status* oficial. Foi assegurado à Missão que haviam sido dadas instruções específicas a funcionários das seções eleitorais a fim de assegurar a transmissão adequada e plena de tais queixas. Não foram atendidas as sugestões no sentido de afixar os resultados nas seções eleitorais, uma vez que a lei não exige isso.

Todos os membros da equipe de observadores da OEA, exceto os que foram designados para regiões muito remotas, puderam realizar visitas de familiarização em seus distritos antes de regressarem a Paramaribo, em 20 de maio de 2000, para treinamento. Nessas oportunidades foram ressaltados os procedimentos eleitorais do Suriname, a metodologia de observação e o contexto geral e político do país. Também foi mencionado o código de conduta esperado dos observadores eleitorais da OEA. Foram feitas exposições por funcionários da Missão e do Suriname, inclusive pelo Presidente da IEC e por um renomado acadêmico surinamês, Hugh Sedney. O fato de praticamente todos os observadores haverem tido experiência anterior em observação eleitoral e de alguns deles terem trabalhado para a OEA durante suas observações de 1991 e 1996 no Suriname foi vantajoso para a Missão. Num gesto aberto de colaboração, o Presidente da IEC convidou os observadores da OEA a reunirem-se com suas equipes de monitores eleitorais que haviam sido designadas por aquele órgão para visitar as seções eleitorais e informar sobre suas atividades.

As equipes observadoras da OEA foram então enviadas para os distritos. Além de examinarem a situação política e as atividades pré-eleitorais, realizaram visitas de reconhecimento e mantiveram contato com funcionários eleitorais locais, com representantes de partidos e candidatos, bem como com líderes comunitários.

As reuniões com os delegados distritais e com outros funcionários municipais das eleições proporcionaram informações úteis a respeito do seguinte: a entrega dos títulos de eleitor, a programação das atividades da véspera e do dia da eleição, a ação prevista das MPS em cada distrito, as concentrações políticas autorizadas, os modelos das cédulas eleitorais e os mapas minuciosos do distrito eleitoral com a localização das seções eleitorais.

Os observadores estavam, portanto, em condições de testemunhar atividades pré-eleitorais cruciais, tais como a obtenção dos títulos de eleitor pelo eleitorado, as pessoas que solicitavam votação por procuração ou que indagavam sobre as listas de eleitores e a preparação das seções eleitorais, a maioria delas localizadas em escolas. Por meio de um modelo de cédula eleitoral para as eleições municipais foi descoberto

em Lelydorp, distrito de Wanica, que um partido fora omitido. Novas cédulas foram impressas a tempo das eleições.

Em alguns distritos os observadores participaram dos seminários de treinamento obrigatórios, destinados a funcionários das seções eleitorais. Também puderam observar a disputa final dos comícios que encerravam as campanhas e que, em geral, eram bastante concorridos, inflamados e pacíficos. Houve amplo consenso entre representantes de partidos quanto a que a campanha fora realizada em clima de tolerância e respeito mútuo.

Os observadores foram, em geral, bem-recebidos e desfrutaram da colaboração e assistência dos funcionários com os quais mantiveram contato. No distrito Pará, por exemplo, obtiveram permissão para usar o telefone da Polícia, uma vez que não era fácil o acesso a outros meios de comunicação.

A Missão não recebeu queixas oficiais dos partidos políticos.

**Tabela 4**

**COMÍCIOS E REUNIÕES POLÍTICAS OBSERVADOS PELA MISSÃO DA OEA**

<b>Distrito</b>	<b>PVF</b>	<b>MC</b>	<b>DA'9 1</b>	<b>Pendaw a Lima</b>	<b>DNP 200 0</b>	<b>BVD</b>	<b>NF</b>	<b>PALU</b>	<b>D2 1</b>	<b>Total</b>
<b>Paramaribo</b>					2	2	2			<b>6</b>
<b>Wanica</b>					1	1	1			<b>3</b>
<b>Nickerie</b>										<b>0</b>
<b>Coronie</b>		1					2	1		<b>4</b>
<b>Saramacca</b>	1		1			1				<b>3</b>
<b>Commewijne</b>					1	1	2		1	<b>5</b>
<b>Marowijne</b>										<b>0</b>
<b>Pará</b>			1	1			1			<b>3</b>
<b>Brokopondo</b>										<b>0</b>
<b>Sipaliwini</b>										<b>0</b>
<b>Total</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>4</b>	<b>5</b>	<b>8</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>24</b>

**B. Colaboração com a UE/PNUD e com as MOE da CARICOM**

A ampla experiência da OEA em missões eleitorais no Hemisfério, em particular no Suriname, foi um fator importante para que a Organização compartilhasse seu conhecimento e especialidade com outras missões eleitorais e colaborasse o quanto fosse necessário.

Funcionários do Escritório da Secretaria-Geral no Suriname e da Missão Especial ao Suriname proporcionaram um apoio constante e útil a seus colegas da missão eleitoral conjunta da União Européia (UE) e do PNUD, esta destacada para o Suriname antes da OEA.

À chegada da equipe da OEA, houve consultas entre os chefes de Missão, tendo sido estabelecido um relacionamento de trabalho cooperativo. Por haver estado no país desde o início do ano, a Missão da UE tinha um bom conhecimento da situação pré-eleitoral. O Chefe da Missão da OEA aceitou o convite para participar da exposição destinada aos observadores da UE. O Chefe Adjunto da Missão da UE assistiu à sessão de apresentação realizada para os observadores da OEA e retribuiu o convite.

Essa colaboração e a troca de informações evitaram a duplicação de esforços. Por exemplo, os observadores das duas equipes foram destacados de modo a complementar a presença uma da outra no dia da eleição e, por conseguinte, examinar um maior número de seções eleitorais. A atuação dos observadores da OEA também privilegiou as seções eleitorais isoladas rio acima e no interior.

Poucos dias antes da eleição, a Comunidade do Caribe (CARICOM) enviou sua própria equipe de observadores. A OEA convidou os membros da equipe da CARICOM que haviam chegado ao Suriname naquela ocasião para participar das sessões de treinamento de sua equipe.

#### *Mídia*

Um desafio constante enfrentado pela Missão foi manter-se atualizada com relação aos acontecimentos por meio da mídia impressa e eletrônica, uma vez que os dois jornais de Paramaribo são publicados em holandês e as estações de rádio e os canais de televisão também são transmitidos naquela língua. Muitos comícios políticos eram gravados e retransmitidos em holandês ou em outros idiomas do Suriname. Para acompanhar a mídia a Missão recebeu ajuda de seu pessoal local de língua holandesa, bem como dos funcionários do Escritório Nacional e da Missão Especial junto ao Suriname. Um observador do quadro de funcionários da OEA, fluente em holandês, e vários funcionários surinameses, muito prestativos, especialmente os motoristas, diversas vezes atuaram como intérpretes não-oficiais.

## **V. ATIVIDADES DO DIA DA ELEIÇÃO**

### **Atividades do Dia da Eleição**

No dia da eleição, a Missão destacou 16 observadores em todos os dez distritos. Alguns viajaram de barco e aeronave de pequeno porte para visitar seções eleitorais isoladas, cujo acesso seria impossível de outra forma.

Os observadores chegaram antes da hora marcada para a abertura da seção eleitoral, 7h00, a fim de observarem a abertura, o fechamento, às 19h00, e a contagem de votos depois de fechadas as seções. Durante o dia, o número de seções eleitorais visitadas pelas equipes de observação dependeu de vários fatores, tais como condições viárias (as eleições foram realizadas na estação de chuvas), o tempo, as distâncias a percorrer e o meio de transporte a ser utilizado. O observador que visitou de avião o vasto distrito de Sipalawini no interior pôde acompanhar apenas um pequeno número de seções eleitorais, uma vez que o vôo entre uma localidade e outra durava uma hora. A viagem de barco também foi muito demorada.



### *Procedimentos de abertura*

Os observadores da OEA assinalaram que os procedimentos de abertura, de modo geral, foram tranquilos. Informaram que os demais procedimentos foram cuidadosamente cumpridos na maioria dos casos, especialmente o requisito de permitir o escrutínio público do processo. As cédulas eleitorais em branco foram exibidas a todos os presentes e contadas antes de serem assinadas e carimbadas pelo presidente da seção eleitoral, as urnas foram abertas e foi mostrado às pessoas presentes que estavam vazias antes de serem fechadas a cadeado, havendo as duas chaves sido entregues ao presidente e a outro funcionário da seção. Os funcionários assinaram o Documento de Abertura, e a votação foi iniciada. Na maioria dos casos, as seções eleitorais foram abertas pontualmente.

### *Votação*

A votação transcorreu em ambiente de calma, ordem e transparência. Ativistas dos partidos estiveram presentes, desempenhando uma dupla função: alguns atuaram como observadores da seção e outros procuravam persuadir os eleitores a apoiarem seus candidatos, até mesmo no último minuto. Vários ativistas foram dispostos estrategicamente para acompanhar de perto as atividades da votação e dispunham das listas de registro de eleitores nas quais os nomes dos eleitores eram riscados e realizadas contagens rápidas de nomes. Também estiveram presentes observadores da IEC em um significativo número de seções eleitorais. A presença colorida e ativa dos representantes e partidários dos diferentes partidos, com suas barracas enfeitadas, bandeiras e outros símbolos do partido em geral proporcionaram um ar festivo em muitas seções. Os observadores da OEA indicaram que houve uma amistosa interação e confraternização entre os competidores políticos e informaram que isso demonstrava espírito de tolerância e respeito mútuo.

No início, o fluxo de eleitores foi bastante vagaroso, mas o ritmo foi aumentando notadamente no meio da tarde pelo fato de vários escritórios e estabelecimentos comerciais haverem fechado mais cedo. Em muitas seções as filas cresceram ao aproximar-se a hora do encerramento.

Os observadores da OEA constataram várias irregularidades. A maior parte dos principais problemas decorreram do que pareceu ser sérias falhas do sistema de registro de eleitores e dificuldades com a distribuição dos títulos de eleitor. Imprecisões nas listas de eleitores, bem como a distribuição irregular e atrasada dos títulos, fizeram com que muitos eleitores em potencial não recebessem os títulos ou não estivessem relacionados nas seções eleitorais indicadas em seus títulos. Os problemas ficaram ainda mais complicados pelo fato de que as listas complementares de eleitores da maioria dos distritos mais populosos, como Paramaribo e Wanica, não estavam prontas até tarde da manhã do dia da eleição e de que foram recebidas muito depois nas seções eleitorais. Essas e outras dificuldades podem haver resultado na dispensa de um considerável número de eleitores em potencial.

Numa tentativa de atender às preocupações evidenciadas após a abertura das seções, depois de uma reunião entre o Presidente e autoridades eleitorais, o Ministro de Assuntos Internos distribuiu uma circular ao final da manhã, declarando o seguinte:

- todos os eleitores portadores de título de eleitor e cédula nacional de identidade, cujos nomes não constem das listas de eleitores da seção eleitoral indicada no título, estão autorizados a votar nessa seção;
- todos os eleitores portadores de documento de identidade, cujos nomes constem das listas de eleitores da seção eleitoral onde normalmente votam, mas que não tenham título de eleitor, também estão autorizados a votar.

O Presidente fez um anúncio público dessas mudanças. Embora bem-intencionado, o anúncio gerou confusão e não necessariamente solucionou os problemas. Alguns presidentes de seção recusaram-se a seguir a determinação porque as instruções não estavam escritas ou os documentos escritos eram fotocópias e não traziam o timbre oficial. Outros não obedeceram porque era ilegal acrescentar, a mão, nomes à lista de eleitores. Outros ainda objetaram o fato de haverem recebido o documento com as instruções por fax. Alguns funcionários não receberam a tempo a informação sobre a alteração do procedimento. Várias seções cumpriram a determinação, embora em muitos casos esses esforços não parecessem ter o resultado esperado, de permitir que um número significativo de eleitores em potencial pudesse votar.

O problema atingiu mais severamente os distritos mais populosos, em Paramaribo ou em suas cercanias.

Foi evidenciado que as últimas supressões da lista de eleitores por ordem do Presidente, inclusive muitos nomes que constavam da lista preliminar, foram mais um motivo de confusão.

Outras irregularidades observadas ou informadas pelos membros da equipe da OEA aparentemente foram insignificantes, e algumas tiveram rápida solução, como por exemplo as seguintes:

- na jurisdição Flora, de Paramaribo, eleitores cujos títulos começavam por 28 ou 29 inicialmente foram impedidos de votar porque faltava a lista de eleitores pertinente. O presidente da seção recebeu instruções da MPS no sentido de autorizar tais pessoas a votar e anotar seus nomes e endereços a fim de serem esses eleitores marcados quando chegasse a lista que faltava;
- algumas urnas tinham um e não dois cadeados;
- em Moengo, distrito de Marowijne, um eleitor flagrado ao depositar uma segunda cédula eleitoral na urna foi retirado da seção, mas não foi preso;
- em Ressor Oost, no distrito Pará, uma seção eleitoral recebeu menos cédulas eleitorais do que o necessário. Em outra seção, o carimbo especial das cédulas eleitorais estava em condições precárias. Em vista disso, o presidente da seção só pôde assinar as cédulas;
- em Ressor Noord, Pará, as primeiras cédulas eleitorais distribuídas (pelo menos, nove) não traziam aposto o carimbo especial e foram consideradas inválidas. No entanto, essa seção apresentou menor incidência de votos anulados que muitas outras;
- a ajuda a deficientes físicos ou mentais não foi prestada igualmente a todos.

*Procedimentos de encerramento*

Especialmente nas áreas mais populosas, a lentidão do complexo e demorado processo de votação aumentou as filas de espera nas seções eleitorais, que assim permaneceram até a hora oficial de encerramento. Em muitas áreas os eleitores ficaram no escuro, e em vários casos mais de 100 eleitores ainda esperavam ser atendidos ao final do dia. Tudo isso aumentou a frustração dos eleitores. Tanto as pessoas em geral como os representantes dos partidos políticos informaram os observadores da OEA sobre essa situação. Entretanto, as pessoas que esperavam o momento de votar permaneceram bastante calmas.

#### *A contagem de votos*

O fato de dois tipos de cédula eleitoral haverem sido depositados na mesma urna e de que era necessário aos funcionários da seção seguir uma série de passos precisos fez da contagem dos votos um processo laborioso e, muitas vezes, extremamente demorado. Essa situação viu-se agravada ante o nítido cansaço dos funcionários da seção eleitoral, que começaram a trabalhar antes das 7h00. Eles enfrentaram um processo intrincado e rigoroso que, em muitos casos, tomou muitas horas e, em outros, durou até a manhã seguinte. Os procedimentos de contagem foram lentos, especialmente no nível de conselho municipal, em que os votos podiam ser divididos entre os partidos políticos.

#### *Seções eleitorais visitadas*

No dia da eleição, os observadores da OEA visitaram cerca da metade das seções eleitorais do Suriname.

**Tabela 5**

**SEÇÕES ELEITORAIS VISITADAS PELOS OBSERVADORES DA OEA NO DIA DA ELEIÇÃO**  
**[Total de Seções Eleitorais: 463]**

<b>Distrito Eleitoral</b>	<b>Nº de Observadores</b>	<b>Seções Eleitorais Visitadas</b>
Paramaribo	4	86
Wanica	2	42
Nickerie	2	13
Coronie	*2	4
Saramacca	2	21
Commewijne	1	24
Marowijne	1	13
Pará	1	16
Brokopondo	1	7
Sipaliwini	1	3
<b>Total</b>	<b>15</b>	<b>229</b>

\* A mesma equipe de observadores visitou os distritos de Coronie e Saramacca.

### *Acompanhamento das Urnas*

Na maioria dos casos, os observadores da OEA acompanharam as urnas até a MPS. Foi evidente, principalmente nas áreas mais populosas, que não houve planejamento adequado para que as urnas fossem recebidas nas primeiras horas da madrugada após o dia da eleição ou, em alguns casos, ao amanhecer. O longo dia dos funcionários das seções eleitorais encerrou-se com a entrega das urnas. No caso da MPS de Paramaribo, as urnas chegaram por volta das 4h00 do dia seguinte à eleição. Uma chuva torrencial começou a cair quando os carros transportando as urnas, protegidos por policiais, chegavam aos escritórios da MPS. As caixas contendo os pacotes lacrados dos votos apurados e do relatório da eleição (*proces verbal*) foram levadas para dentro da MPS a fim de que as contagens de cada seção eleitoral fossem confrontadas com a informação dos relatórios da eleição.

## **VI. ATIVIDADES PÓS-ELEITORAIS**

### **A. Etapas Pós-Eleitorais**

O complexo sistema eleitoral no Suriname não se encerra com a votação no dia da eleição. O período entre o dia da eleição e a posse do Presidente pode ser dividido em seis fases, a saber:

1. Os resultados de cada seção eleitoral são transferidos para a MPS de cada distrito eleitoral, onde a apuração final de todo o distrito é feita e registrada em ato oficial (relatório da eleição). Esses documentos são apresentados em público e enviados para a CPA em Paramaribo.
2. A CPA classifica e verifica os resultados dos dez distritos eleitorais. Os candidatos eleitos para a Assembléia Nacional são identificados após o recebimento dos resultados oficiais de todos os distritos. Também são identificados os que são eleitos por voto preferencial. Os resultados finais de todo o país são registrados em documento oficial (relatório da eleição), apresentado em evento público e encaminhado à IEC, o órgão de auditoria eleitoral.
3. A IEC verifica os resultados com base nos relatórios de campo e nas observações de seus fiscais eleitorais. Se não encontrar maiores infrações à Lei Eleitoral ou sérios erros que possam comprometer a eleição, a IEC declara como legítimos os resultados.
4. A Assembléia Nacional prepara-se para admitir os novos membros depois de receber as declarações de aceitação da eleição (os documentos de consentimento). O membro mais idoso é o primeiro a prestar juramento, e cabe a ele convocar uma reunião para o juramento dos outros 50 membros. Os novos membros devem prestar juramento dentro de 30 dias após a declaração da IEC de que os resultados da eleição são legítimos.

5. Quando os novos membros da Assembléia Nacional tomam posse, preparam-se para a eleição do Presidente e do Vice-Presidente. Se, após duas tentativas, nenhum dos candidatos aos dois cargos receber a maioria de dois terços (34 das 51 cadeiras), a Assembléia dos Povos Unidos é convocada por maioria simples dos membros da Assembléia para eleger o Presidente. Trata-se de um órgão que congrega todos os membros da Assembléia Nacional, do conselho municipal e dos conselhos distritais. Uma vez concluída a eleição indireta (seja na Assembléia Nacional, seja na Assembléia dos Povos Unidos), começam os preparativos para a posse do Presidente e do Vice-Presidente.

### **B. Problemas Pós-Eleitorais em Paramaribo**

Os observadores da OEA constataram que em 27 de maio o Presidente da CPA não havia recebido todos os resultados de Paramaribo. A MPS de Paramaribo apura os resultados de mais da metade das seções eleitorais do país. Foi apenas em 10 de junho que o distrito eleitoral de Paramaribo convocou a reunião pública para anunciar os resultados oficiais.

Já em 27 de maio a mídia comentava sobre as possíveis causas das demoras no dia da eleição. Citou o recrutamento de pessoas inexperientes para chefiar as seções eleitorais. Também mencionou os engarrafamentos de trânsito e os atrasos para apanhar e entregar o material da eleição no Ons Erf Concert Hall e no Exhibition Center, o único centro de processamento de Paramaribo. Muitos desses incidentes haviam sido confirmados pelos relatórios dos observadores da OEA. O Presidente da CPA informou a membros da equipe da OEA que os atrasos em Paramaribo foram causados, entre outros motivos, pelas longas recontagens que se fizeram necessárias para a apuração final dos resultados de Paramaribo.

### **C. Disputa de Voto em Nickerie**

Um segundo problema importante foi a contagem de votos no distrito de Nickerie. De acordo com observadores eleitorais do HPP, segundo relato aos observadores da OEA, os resultados em várias seções eleitorais não correspondiam às suas próprias folhas de contagem – o que significava uma diferença de mais de 100 votos. O HPP obteve 1.748 votos em Nickerie e o PVF, 1.757, uma diferença de 9 votos. Se a queixa fosse sustentada, a cadeira ganha pelo PVF seria do HPP.

O HPP entrou com uma ação junto à IEC em 2 de junho e pediu recontagem. Entretanto, o Presidente da IEC determinou que a recontagem era responsabilidade da MPS de Nickerie. Um jornal publicou que o HPP acusara a MPS de Nickerie de haver recontado apenas os resultados de duas das 31 seções eleitorais. Em Nickerie havia apenas 31 seções eleitorais, mas a lista indicava 32, dando 114 votos a mais para o HPP. Quando a seção eleitoral inexistente não era computada, a contagem inicial, de 1.748, permanecia, dando ao PVF 9 votos a mais que o HPP.

Em 28 de junho de 2000, os jornalistas anunciaram que o HPP impetraria um mandado de segurança (*kort geding* em holandês, uma ação cível impetrada quando é necessária uma decisão urgente). O caso continuou por quase dois meses, até 24 de julho, quando o Juiz John von Niesewand indeferiu a ação por não corresponder a sua

jurisdição. Nesse ínterim, a IEC havia declarado legítimas as eleições, afirmando que tinha competência para tal.

#### **D. Atividades da Autoridade Eleitoral Central**

A CPA auxiliou o distrito eleitoral de Paramaribo na identificação e correção de erros. Quando os resultados de Paramaribo foram finalmente verificados e apresentados em 10 de junho, a CPA concluiu sua tarefa: convocou uma reunião pública em 14 de junho para anunciar os resultados oficiais. Segundo o Senhor Boksteen, seu Presidente, a ação a respeito de Nickerie deveria ter sido impetrada no dia da eleição e não depois. Observou que o HPP havia entrado com duas ações em nível de seção eleitoral (313 e 326) e que havia sido feita uma recontagem dessas seções. Em sua opinião, não havia fundamento para outras recontagens, e encaminhou o caso para a IEC.

#### **E. Conselho Eleitoral Independente**

Em 27 de junho, a IEC convocou uma reunião pública para apresentar suas observações e o resultado de suas auditorias relativamente às eleições de 25 de maio. O relatório oficial da eleição, apresentado pelo Presidente, assinalava que a legislação define muito superficialmente o mandato do Conselho e não estabelece nenhum critério sobre como deve ser declarada a legitimidade dos resultados das eleições.

Além disso, de acordo com os artigos 52, 53 e 54 da Constituição, o Governo é responsável por criar as condições que permitam aos cidadãos participar nas eleições gerais por meio de sua filiação a partidos políticos e por seu voto. Essa responsabilidade exige, entre outros aspectos, a criação e manutenção de uma lista de eleitores precisa. Constar da lista final de eleitores e dispor do título de eleitor são dois requisitos básicos para participar das eleições. Segundo as observações da IEC, vários eleitores habilitados tiveram seus nomes equivocadamente retirados do registro eleitoral definitivo ou não constavam do mesmo, ou, por razões não justificadas, não haviam recebido o título de eleitor. Essas conclusões confirmam o que a OEA observou.

A natureza da queixa foi suficientemente séria para ensejar uma investigação independente por parte da IEC. Entretanto, à data do anúncio público do resultado oficial da eleição, a investigação dos fatos evidenciados em Nickerie no dia da eleição ainda não havia sido concluída. A IEC, por conseguinte, adiou a certificação das eleições em Nickerie até a conclusão de sua investigação.

Numa reunião pública, em 4 de julho, a IEC declarou que havia realizado uma profunda investigação a respeito das queixas do HPP. Afirmou que era infundado o pedido de recontagem no distrito de Nickerie e que não havia outra alternativa senão declarar os resultados legalmente corretos.

### **VII. ETAPAS FINAIS DO PROCESSO ELEITORAL**

#### **A. Assembléia Nacional**

A legislação eleitoral dispõe que os novos membros da Assembléia Nacional prestem juramento 30 dias após a IEC haver declarado legítimos os resultados da eleição. A CPA deve, então, enviar os resultados oficiais ao delegado distrital de cada um dos dez distritos. O escritório do delegado distrital mantém contato com os eleitos, que dispõem de duas semanas para apresentar a notificação de aceitação. Essas notificações voltam para a CPA, e apenas então pode a Assembléia Nacional começar a empossar os novos membros. O membro mais idoso dentre os eleitos preside a cerimônia de posse, depois de realizada a sua própria posse.

Em 27 de junho, a IEC declarou legítimas as eleições de 25 de maio em nove dos dez distritos eleitorais. Em conseqüência, os novos membros tiveram que ser empossados em 27 de julho. Em 11 de julho, Jagernath Lachmon, o mais idoso membro eleito, prestou juramento. Na segunda-feira, 24 de julho, a Assembléia Nacional reuniu-se para empossar seus membros. Embora tivesse sido reeleito, o Presidente que saía, Jules A. Wijdenbosch, anunciou que não ocuparia sua cadeira, mas que seria substituído pelo candidato do DP, Frank Playfair, que havia obtido o segundo lugar na apuração do DPP em Paramaribo.

Foram nomeadas três comissões destinadas a verificar as credenciais dos membros eleitos para a Assembléia Nacional. O porta-voz da primeira comissão informou que a Assembléia Nacional recebera uma carta do Ministro de Assuntos Internos, confirmando que todos os 51 membros eleitos eram surinameses (um parlamentar da Frente Nova, na legislatura anterior, era cidadão holandês). O porta-voz afirmou que todos os candidatos deveriam ser admitidos, mas ressaltou que houvera um debate a respeito de questões de ética e moral, relativamente à admissão de novos membros. Foi recomendada a criação de novas leis que tratassem dessa matéria, uma vez que a legislação em vigor não dispunha sobre o impedimento de uma pessoa por razões de ética ou moral. A segunda comissão apresentou, basicamente, os mesmos resultados.

O relatório da terceira comissão considerou que todos os candidatos analisados deveriam ser admitidos. O Senhor Rogers, do NPS, anunciou que seu partido, como integrante da coalizão Frente Nova, acataria a lei, mas que seus membros sentiam uma incômoda sensação que remontava às ações passadas de um dos candidatos. Declarou que, durante o regime militar do Senhor Bouterse, o Governo havia fechado o Parlamento e, no entanto, ele agora vinha pedir admissão ao próprio órgão que destituía. O Senhor Rogers assinalou que uma pessoa que faz a lei com as próprias mãos não é um candidato ideal para participar das deliberações. A Frente Nova também manifestou o seu descontentamento ante o fato de que, havendo vários membros deixado a sala, o Senhor Bouterse seria admitido por apenas o número mínimo de membros exigido (26).

## **B. Eleição do Presidente e do Vice-Presidente**

A Assembléia Nacional reuniu-se na quinta-feira, 27 de julho, a fim de realizar os preparativos regimentais para a eleição do Presidente e do Vice-Presidente, que ocorreria em 4 de agosto de 2000.

Em 2 de agosto, o jornal *De Ware Tijd* previu que os candidatos da Frente Nova, Ronald Venetiaan e Jules Ajodhia, estavam praticamente eleitos, se os membros da Assembléia Nacional mantivessem sua palavra e os 33 membros da Frente Nova apoiassem suas candidaturas. Foi cogitado, além disso, que partidos tais como o DA'91 apoiariam os candidatos da Frente Nova. A Composição Milênio propôs seus próprios candidatos, Rashied Doekhie para Presidente e Jennifer Geerlings-Simons para Vice-Presidente.

Em 3 de agosto de 2000, um dia antes do primeiro turno das eleições presidenciais, a mídia divulgou uma tentativa para persuadir os membros insatisfeitos do VHP a abandonarem a coalizão da Frente Nova e apoiarem Kries Nannan Panday como Presidente e Sonny Kertoidjodjo como Vice-Presidente. A tentativa de minar a Frente Nova fracassou porque os candidatos não receberam o necessário apoio de, pelo menos, sete membros da Assembléia Nacional para garantir suas indicações.

Na sexta-feira, 4 de agosto, a Assembléia Nacional elegeu como Presidente o candidato da Frente Nova, Ronald Venetiaan, com 37 votos, três a mais do que os 34 exigidos. O candidato presidencial da Composição Milênio obteve 10 votos, e houve 4 votos nulos. A candidata vice-presidencial da Composição Milênio, Jennifer Geerlings-Simons, retirou sua candidatura. Os funcionários da Missão da OEA observaram esses procedimentos.

Em 12 de agosto foram empossados o Presidente e o Vice-Presidente, em evento que contou com a presença do Chefe da Missão.

## **VIII. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES**

### **A. Parecer dos Observadores**

O primeiro passo para reunir a informação necessária à apresentação de conclusões e recomendações foi ouvir o parecer da equipe de observação. Na tarde de 26 de maio, um dia depois das eleições, os observadores da OEA reuniram-se em Paramaribo para discutir as atividades por eles empreendidas na véspera. Em muitos casos, os observadores saíram de seus distritos imediatamente após terem acompanhado as urnas até a MPS, assistindo à finalização da apuração nas seções eleitorais onde haviam estado no momento do encerramento. Muitos deles precisaram viajar durante o resto da noite ou de madrugada por mais três ou quatro horas, de volta a Paramaribo.

Um representante da Missão Observadora da UE/PNUD participou da reunião de avaliação da OEA.

Os observadores informaram pormenorizadamente sobre os acontecimentos nos distritos em que estiveram destacados. A interação entre os observadores foi bastante útil, tanto para assegurar se as dificuldades que estavam sendo informadas haviam sido comuns a mais de uma área como para permutar experiências e dúvidas com base no conhecimento de muitos da equipe da OEA.

A avaliação geral foi no sentido de que as eleições haviam transcorrido calmamente, sem maiores problemas, além das principais dificuldades relacionadas com a lista de eleitores e a distribuição dos títulos de eleitor. Em geral, o ambiente havia



sido tranqüilo. Os funcionários das seções eleitorais haviam mostrado profissionalismo a maior parte do tempo e pareceram estar, de modo geral, familiarizados com os procedimentos requeridos.

## **B. Conclusões**

Embora as eleições de 25 de maio de 2000 tenham sido, em geral, administradas de forma satisfatória, vários problemas, basicamente de ordem administrativa e logística, continuaram a intervir no processo e impedir os cidadãos de votar. Algumas dessas dificuldades são as mesmas identificadas pela OEA em eleições anteriores, cuja abordagem a Organização havia oferecido apoiar.

O povo surinamês leva as eleições a sério e delas participa com entusiasmo. O povo e os partidos políticos demonstram respeitar os direitos de seus opositores a maior parte do tempo e apreciar o "toma-lá-dá-cá" que se faz necessário para consolidar a democracia. As autoridades eleitorais, navegando por um labirinto de órgãos e normas que devem ser seguidas com precisão, enfrentam suas atividades com seriedade, trabalham com afinco e empenham-se em realizar eleições abertas. Apesar dos rígidos prazos eleitorais, os funcionários envidam esforços para cumpri-los o mais fielmente possível.

Como ocorre em muitos Estados membros da OEA, as exigências que as eleições impõem aos recursos humanos e financeiros são enormes em comparação com o potencial nacional disponível para o custeio desses eventos. A Missão reconhece as pressões a que são submetidos os administradores e as instituições eleitorais no Suriname.

A longa experiência da OEA nesse país como observador eleitoral e em outras importantes funções, a convite de sucessivos governos, permite à sua Missão tomar a liberdade de levantar alguns aspectos que devem ser considerados no futuro.

## **C. Planejamento, treinamento e preservação da memória institucional**

A morte repentina do Senhor Jules de Kom que, embora aposentado, havia atuado como assessor político do Ministro de Assuntos Internos, resultou numa grande perda de memória institucional antes das eleições de 2000. Ele foi o responsável pela organização das eleições de 1996 e havia atuado como membro da Comissão Técnica para a Organização das Eleições de 2000.

O relatório da Missão da OEA de 1996 recomendava que a grande experiência local obtida nas eleições de 1987, 1991 e 1996 viesse a constituir diretrizes ou um manual para as eleições. Diante dos atritos do pessoal chave, essa iniciativa é da maior urgência. Um manual sobre procedimentos eleitorais poderia ajudar muito a facilitar a transferência de experiência de uma geração de funcionários para outra.

Se fosse solicitada, a OEA estaria preparada para apoiar a modernização e o fortalecimento do CBB e a elaboração de manuais e outros instrumentos a fim de assegurar a transferência de informação exata para funcionários eleitorais, trabalhando em estreita articulação com os mesmos. A Organização já conta com considerável

experiência no fortalecimento da gestão eleitoral, obtida em vários de seus Estados membros.

O Suriname extrai sua lista de eleitores habilitados do Registro Civil. A Missão da OEA sugere que as autoridades planejem suas atividades bem antes da próxima eleição a fim de criar um registro civil baseado numa rede de computadores pessoais, cuja instalação não é dispendiosa e cujo funcionamento e manutenção não são complicados. A OEA já realizou – ou foi convidada a realizar – o fortalecimento dos registros civil e eleitoral em nove de seus 34 Estados membros.

A eliminação de milhares de nomes que constavam da Lista Provisória de Eleitores e a supressão, inadvertidamente, de cerca de 1.000 ou mais pessoas resultaram em grande e propalada insatisfação e cenas caóticas, na medida em que um considerável número de pessoas andava de um lado para outro na tentativa de obter seus títulos de eleitor no dia da eleição. A existência de situações demográficas diferentes no interior e nas áreas urbanas contribuiu para esse problema. A OEA está aberta para discutir o fortalecimento do registro de eleitores, se for solicitada.

#### **D. Atualização do Registro de Eleitores**

##### *Entrega dos Títulos de Eleitor*

A OEA foi informada de que, como ocorreu em 1996, mais de 40.000 títulos de eleitor não haviam sido distribuídos antes de maio de 2000. Num eleitorado estimado em 267.000 pessoas, esse número de títulos não entregues é extremamente alto. Não se deve culpar a população por esse problema. Embora algumas pessoas deixem para apanhar seus títulos no último minuto ou até que seja muito tarde, cabe, principalmente, aos funcionários eleitorais a responsabilidade de envidarem todos os esforços para que os títulos cheguem a seus destinatários a tempo.

Essa situação agravou-se ante a migração de pessoas para outros países ou no próprio país. Um recenseamento atualizado e preciso parece ser uma das melhores formas de dispor de um registro civil em dia. Uma relação incompleta de pessoas contribui para que o registro civil seja impreciso, o que, por sua vez, gera uma lacuna entre os eleitores habilitados e aqueles que conseguem obter seus títulos de eleitor.

A OEA também salienta as dificuldades encontradas ante a falta de nomes de ruas e números de casas, principalmente em novas áreas residenciais urbanas, o que prejudicou a entrega dos títulos de eleitor. Cerca de 240 novos nomes de ruas não haviam sido destinados antes da produção dos títulos de eleitor, e a maioria dos novos bairros não estava devidamente mapeada. Os mapas existentes datam dos anos setenta. Há também uma grande escassez de mapas de bairros. Em Paramaribo, em um bairro pode haver até 300 ruas, e essa área não é dividida em unidades menores. Seria muito mais fácil manter os sistemas de placas de rua e numeração de casas em unidades de bairro menores, o que também facilitaria a entrega dos títulos de eleitor. Ademais, um grande número de novas placas de rua ainda continuava armazenado após o dia da eleição.

#### **E. Fortalecimento e Modernização do Registro Civil**

Assim como ocorre com relação ao sistema eleitoral, também a administração eleitoral é descentralizada no Suriname. Vários órgãos devem cumprir eficientemente uma série de etapas a fim de que as eleições sejam manejadas na devida forma. A lista de eleitores é elaborada pelo centro de informática do Governo (CEBUMA) num computador de grande porte, e não foi possível ao escritório do Registro Civil (CBB) acessar a informação e tratá-la rapidamente. Houve necessidade de comunicar a toda hora os pedidos de acréscimos ou correções à lista de eleitores, e vários atrasos e erros ocorreram devido a falhas de comunicação. O mesmo aconteceu com relação à produção dos títulos de eleitor. O CEBUMA é também responsável por destinar cada eleitor a uma das 463 seções eleitorais. Essas listas também são usadas para distribuir os títulos de eleitor.

Se à OEA for solicitado auxiliar a modernizar o sistema do Registro Civil, esse tipo de questão poderá ser abordado simultaneamente.

#### **F. Preparação dos Documentos Eleitorais**

A Missão considera que é preciso haver um cuidado especial na produção das cédulas eleitorais, especialmente no caso das eleições para o conselho municipal. Observadores da OEA informaram que muitas cédulas eleitorais continham erros e que, em um caso específico, algumas delas mostravam candidatos não inscritos em sua jurisdição. O tempo destinado pela legislação eleitoral para a preparação das cédulas é muito curto. Um sistema computacional totalmente integrado poderia auxiliar na confecção e impressão das cédulas eleitorais.

#### **G. Instituições Eleitorais e Infra-Estrutura**

A Missão ressalta a necessidade de ser atribuída maior atenção à MPS do distrito de Paramaribo, que congrega mais da metade das seções eleitorais do país (227 do total de 463). Tanto em 1996 como em 2000, foi lá onde ocorreram os maiores problemas ou atrasos. Em 1996, não havia computador em Paramaribo, havendo sido desenvolvida uma forma alternativa para o processamento dos resultados. Em 2000, a MPS de Paramaribo foi a última a informar os resultados oficiais desse distrito tão populoso. A Missão sugere que seja estabelecido em Paramaribo um sistema de processamento totalmente automatizado a fim de obter os resultados no mesmo prazo que em outros distritos.

Os observadores da OEA também ressaltam o caos gerado para apanhar e entregar o material destinado às seções eleitorais em Paramaribo. Na madrugada do dia da eleição, houve um grande congestionamento quando 227 veículos tentaram entrar no depósito para apanhar os pesados caixotes contendo o material eleitoral e as duas grandes urnas. Muitas pessoas necessitaram de ajuda para transportar esse material até os veículos. O mesmo aconteceu na madrugada seguinte, quando o material foi devolvido. Um temporal veio complicar ainda mais a situação. Essa confusão tornou difícil controlar imediatamente os resultados da auditoria realizada em cada seção eleitoral, o que contribuiu para o atraso no processamento dos resultados da eleição pela MPS de Paramaribo.

Isso pode ser melhorado por meio da descentralização, e o sistema seria facilitado se houvesse vários treinamentos sobre como transportar as urnas com bastante antecedência.

No passado, cada seção eleitoral recebia duas grandes mesas (8 x 4 pés). Nas eleições de 2000, no entanto, não havia mesas disponíveis. Como a maioria das seções eleitorais esteve localizada em escolas, provavelmente foi pensado que o mobiliário lá existente fosse suficiente. No entanto, ficou evidente a enorme dificuldade de manejar e contar a grande quantidade de cédulas nas pequenas mesas disponíveis nas escolas. Em muitas seções eleitorais, os funcionários precisaram espalhar ou contar os votos no chão. Isso pode ter contribuído para a desorganização, exacerbou o cansaço dos funcionários eleitorais e causou problemas na contagem.

#### **H. Contatos Pós-Eleitorais com Autoridades Eleitorais**

Em 7 de agosto de 2000, o Chefe Adjunto da Missão e o Coordenador Residente reuniram-se com o chefe do Registro Civil (CBB) a fim de melhor entender os problemas encontrados na apresentação da lista de eleitores e na distribuição dos títulos de eleitor. Ele informou à equipe da OEA que cerca de 45.000 títulos de eleitor não haviam sido distribuídos antes do dia da eleição e atribuiu isso a falhas em informar mudanças de endereço ao Registro. Ele também ressaltou que havia alta incidência de mudança entre as pessoas, principalmente no interior, por razões econômicas (por exemplo, as minas de ouro), e que elas partiam com frequência para viver no exterior. Aparentemente, isso não foi considerado pelos partidos políticos. Independentemente das razões, num eleitorado de cerca de 267.000 pessoas, o número de títulos de eleitor não distribuídos representa uma percentagem extremamente alta de eleitores habilitados.

O chefe do CBB mencionou as vantagens do restabelecimento de repartições governamentais existentes no interior, as quais haviam sido destruídas durante a guerra civil. Com a implantação de vários serviços governamentais, além dos pertencentes ao Registro Civil, os custos relativos ao funcionamento dessas repartições deveriam ser reduzidos. A grande experiência da OEA em descentralização poderia ser canalizada para esse esforço, se solicitada.

No que concerne às 10.000 pessoas cujos nomes haviam sido retirados das listas de eleitores pelo Presidente antes das eleições, o chefe do CBB indicou que o número delas era maior do que as 45.000 cujos títulos de eleitor não haviam sido distribuídos. Em suma, ele estava informando, após o fato, que cerca de 55.000 eleitores em potencial ou haviam sido retirados da lista final de eleitores pelo Presidente ou não haviam recebido o título de eleitor correto.

A Missão tem grande preocupação pelo número de pessoas que não puderam votar, independentemente de qualquer razão, principalmente quando foram tomadas decisões sem que às pessoas fosse informado o fundamento lógico ou no último minuto.

A Missão sugere que a OEA também está em condições de discutir outros aspectos dessas questões relacionadas com eleições, se for solicitada.



**Table 6**  
**UNOFFICIAL (UNAUDITED) FINANCIAL STATEMENT**

<b>ORGANIZATION OF AMERICAN STATES</b>		
<b>UNIT FOR THE PROMOTION OF DEMOCRACY</b>		
<b>PRELIMINARY FINANCIAL STATEMENT OF</b>		
<b>ELECTORAL OBSERVATION MISSION IN SURINAME-2000</b>		
<b>From inception to May 9, 2001</b>		
<b>Summary of Expenditures Using OAS Expenditures Categories</b>		
<b>CATEGORY</b>	<b>DESCRIPTION</b>	<b>EXPENDITURES</b>
<b>OAS EXPENSE</b>		
<b>1</b>	<b>Recurrent Personnel Services</b> -Special Observer Contracts and related costs.	\$ 17,768
<b>4</b>	<b>National and International Travel Stipends / Travel</b> - This category includes expenditures for per diem expenses for international and Local observers, as well as international and local travel.	31,258
<b>6</b>	<b>Equipment, Supplies and Maintenance</b> - This obligation item includes fuel, lubricant, insurance, and vehicle maintenance. It also includes field equipment, supplies and communication system equipment, among others).	18,327
<b>7</b>	<b>Building and Maintenance</b> - This category includes repairs and maintenance for fixed installations of the office as well as rent and service payments such as water,	3,475

		electricity, and, telephone costs.	
<b>8</b>		<b>Local and International Contract Services</b> - These category includes for both national and international personnel, as well as local contracts for administrative, security, drivers personnel, and translation services.	54,827
<b>9</b>		<b>Other Expenses</b> - This category includes shipping, telephone and fax, insurance, seminar, conferences, among others.	2,638
		<b>Total</b>	<b>\$ 128,293</b>

		<b>Beginning Cash Balance 2000</b>	<b>\$</b>
			<b>-</b>
		<b>Contributions 2000</b>	<b>162,000</b>
		<b>Interest Income</b>	<b>87</b>
		<b>Cash Available Balance</b>	<b>\$</b>
			<b>162,000</b>
		<b>Total Expenditures</b>	<b>128,293</b>
		<b>Unliquidated Obligations</b>	<b>8,329</b>
		<b>Fund Balance</b>	<b>\$</b>
			<b>25,143</b>
Certified by			
Javier Goldin, Chief			
Financial Reporting & Policy Division			

## **ANEXOS**